



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Comunicação Organizacional
Orientadora: Ellis Regina Araújo

Diversidade em Debate: um produto e um serviço de Comunicação Pública Universitária

CAIO DE ALBUQUERQUE CERQUEIRA

BRASÍLIA-DF

DEZEMBRO DE 2016

CAIO DE ALBUQUERQUE CERQUEIRA

Diversidade em Debate: um produto e um serviço de Comunicação Pública Universitária

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), como exigência parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Comunicação Organizacional.

Ellis Regina Araújo
Professora Orientadora

Tânia Montoro
1º Membro da banca examinadora

Neuza Meller Maia
2º Membro da banca examinadora

Vanessa Negrini
3º Membro da banca examinadora (suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por todo apoio, sobretudo à minha mãe, Valéria. Agradeço profundamente à minha professora-orientadora neste trabalho, Ellis Regina de Araújo da Silva, por todos os ajustes, dicas, correções, apoio, auxílio, paciência e orientação.

Agradeço também às professoras Lourdes Bandeira e Tânia Montoro e à jornalista Mara Régia, as quais concordaram em participar do programa trazendo grandes contribuições à nossa discussão.

Não poderia deixar de agradecer também pelo apoio incondicional da UnBTV, personificada na figura de Neuza Meller, mas também de outros servidores, nomeadamente Maurício Neves, Ana Hoepfer e João Paulo Biage.

Gostaria de agradecer à Rosa Helena, servidora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, por todo auxílio e orientação prestados ao longo de todo o processo do curso.

Agradeço também o suporte emocional e psicológico de grandes amigos, Anna Hartmann, Eloisa Rodrigues, Igor Gutemberg, Jonas França, Luana Signorelli e Qu Cheng.

Por fim, mas não com menos veemência, agradeço à equipe que abraçou o trabalho junto comigo e estendeu a mão nesse momento de conclusão de curso: Gabriela Ramos Fraga, Thayse Gomes, Pry Castro, Isis Aisha, Lis Cappi e Rodrigo Brandão.

A todos vocês: muito obrigado! Vocês foram essenciais para a construção deste trabalho.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2. PROBLEMAS DA PESQUISA..... | 9 |
| 3. JUSTIFICATIVA..... | 10 |
| 4. OBJETIVOS..... | 12 |
| 5. REFERÊNCIAS TEÓRICAS..... | 13 |
| 5.1 Comunicação Pública e Cidadania..... | 13 |
| 5.1.1 Emissoras Públicas..... | 18 |
| 5.1.2 Televisão Universitária..... | 24 |
| 5.2 A violência contra a mulher e o feminicídio..... | 40 |
| 5.2.1 O feminicídio e a morte de mulheres no Brasil..... | 40 |
| 5.2.2 Dispositivos Legais..... | 49 |
| 5.2.2.1 Lei Maria da Penha..... | 49 |
| 5.2.2.2 Lei do Feminicídio..... | 55 |
| 5.2.3 A violência contra a mulher no ambiente universitário..... | 56 |
| 5.2.3.1 Situação na Universidade de Brasília..... | 57 |
| 6. METODOLOGIA..... | 65 |
| 7. VIABILIDADE INSTITUCIONAL E FINANCEIRA..... | 71 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 72 |
| 9. REFERÊNCIAS..... | 76 |
| 9.1 Outras referências..... | 77 |
| 10. ANEXOS..... | 80 |

RESUMO

Este memorial descreve o processo de produção do episódio piloto do programa de televisão Diversidade em Debate. Com uma duração de aproximadamente uma hora, o primeiro programa discute a violência contra a mulher e o feminicídio tanto no âmbito da sociedade brasileira como no caso específico da Universidade de Brasília. O produto tem o objetivo de trazer para a comunidade acadêmica e para a sociedade, por meio da televisão universitária, o debate junto a pesquisadores e especialistas acerca de temas de interesse público ligados à diversidade. O intuito desse produto também é fomentar a Comunicação Pública Universitária de modo a promover um debate que seja capaz de contribuir não só para a formação cidadã dos estudantes, mas também para a reflexão e a proposição de ações de enfrentamento à violência e ao preconceito.

Palavras-chave: comunicação pública; televisão universitária; diversidade; violência contra a mulher; feminicídio.

ABSTRACT

This memorial describes the making process of the pilot episode for the "Diversity in Debate" television program. With an approximate duration of one hour, the first discussion brings up violence against women and femicide in the University of Brasilia and in the Brazilian society as a whole. This project aims to bring the debate to the academic community and civil society through campus television together with researchers and specialists in thematics of public interest regarding diversity. The purpose of this project is to foster University-based Public Communication as a mean to promote debate and deep-thinking enabling contributions not only in the formation of citizenship amongst students, but also in the reflection and proposal of real action to combat violence and prejudice.

Keywords: public communication; university-based television; diversity; violence against women; femicide.

1. INTRODUÇÃO

O espaço da Universidade de Brasília reúne, aproximadamente, 40 mil pessoas entre estudantes de graduação e pós-graduação, servidores do corpo técnico-administrativo e professores. São 40 mil maneiras - diversas entre si - de viver e ver o mundo. Contudo, ao contrário de acolher e valorizar a diferença, a universidade parece adotar o mesmo paradigma da exclusão que vigora do lado de fora da instituição.

Essas pessoas, habitantes diários dos espaços universitários, sofrem ameaças¹, injúrias e até chegam a ser vítimas da violência dentro da própria universidade. Casos de violência contra mulheres da instituição passaram a fazer parte da rotina acadêmica. Há relatos de agressões físicas, sexuais, morais, assédios diversos e ameaças a estudantes, servidores e professores. Tais ocorrências sucedem à luz do dia e à noite, no banheiro, no estacionamento, na sala de aula, no corredor, no jardim, na biblioteca, na sala dos professores, no guichê de atendimento etc.

Acredita-se que a universidade tem de assumir seu papel pedagógico e transformador das relações sociais – inclua-se as de gênero – em todos os âmbitos institucionais. O tema da violência contra a mulher, assunto do piloto do Diversidade em Debate, deve ser problematizado no intuito de conscientizar a comunidade acadêmica e a população como um todo a fim de evitar novos casos de violência.

Acredita-se também que a comunicação tem um papel fundamental nesse processo: se os valores machistas já são reproduzidos pela família e pela escola, e a todo instante na cultura brasileira, e se os meios de comunicação podem contribuir para combater a violência por meio da informação, então também a comunicação universitária,

¹ Alunos da UnB têm utilizado a internet como meio para relatar os abusos e compartilhar o sofrimento. Além disso, a web também tem sido utilizada para propor soluções às agressões cotidianas. Quatro matérias do G1, publicadas em datas diferentes, dão conta de alguns casos ocorridos. O machismo, o racismo e a homofobia sistemáticos, muitas vezes cometidos pelos professores da instituição, são o alvo dos relatos. “Estudantes da UnB criam página para denunciar preconceito de professores”, disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/estudantes-da-unb-criam-pagina-para-denunciar-preconceito-de-professores.html>>; “UnB apura pichações de conteúdo racista e homofóbico em banheiros”, disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/unb-apura-pichacoes-de-conteudo-racista-e-homofobico-em-banheiros.html>>; “UnB apura ‘dossiê’ sobre professor suspeito de assédio moral e sexual”, disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/unb-apura-dossie-sobre-professor-suspeito-de-assedio-moral-e-sexual.html>>; “Estudantes na UnB criam página na web para relatar casos de assédio”, disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/03/estudantes-da-unb-criam-pagina-na-web-para-relatar-casos-de-assedio.html>>. Acessos em 26 de outubro de 2016.

voltada tanto para a comunidade da universidade como para a sociedade, tem a missão² de enfrentar a violência. Para tanto, os meios de comunicação externa e interna que já estão à disposição da Universidade de Brasília nos servem imensamente, entre eles a TV, o jornal, o mural e a página na internet. Se bem que essa comunicação responsável pela informação combativa recebe uma denominação própria: Comunicação Pública, adiante serão aprofundados os aspectos relevantes sobre ela.

O programa Diversidade em Debate, que nasceu no mesmo semestre em que ocorreu um caso de feminicídio na Universidade de Brasília perpetrado por um estudante da instituição contra uma colega, é produzido com o apoio da UnBTV e se insere nesse contexto de enfrentamento. Uma das facetas da comunicação universitária é a recorrência do interesse público na ponta do processo de comunicação uma vez que relaciona temas de relevância social. O Diversidade em Debate tem, precisamente, o objetivo principal de promover a discussão de temas de interesse público ligados à diversidade, junto a especialistas, por meio da televisão pública universitária, a fim de contribuir para a formação cidadã dos estudantes e, direta ou indiretamente, com a proposição de ações de enfrentamento à violência e ao preconceito.

O programa é pensado para se encaixar em uma janela de 60 minutos na programação televisiva. Efetivamente, a sua duração é de pouco menos de uma hora, sobram alguns minutos para que sejam distribuídos entre os dois intervalos que separam os três blocos que o compõem. Cada bloco enfoca um assunto ligado ao grande tema em discussão e tem duração de 19 minutos aproximadamente. No caso do programa piloto, que tem a violência contra a mulher como tema principal, o primeiro bloco discute os contornos da violência e do feminicídio no caso brasileiro. O segundo bloco debate acerca dos dispositivos legais criados pelo Estado para enfrentar a situação. O terceiro e último bloco aborda a questão especificamente no microcosmo da UnB.

Após essa introdução, serão abordados adiante os problemas da pesquisa, a justificativa e os objetivos do presente trabalho para então se aprofundar na discussão conceitual sobre comunicação pública e seus impactos na sociedade. Nessa parte, o intuito é dar as bases teóricas para que se possa referenciar e situar a formulação do Diversidade em Debate adequadamente.

² Vale ressaltar que há uma página na internet referente aos valores da Universidade de Brasília, o primeiro deles é: “Ética e respeito à diversidade”. Existem outros dois que merecem destaque no contexto desse trabalho: “Respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças” e “Preservação e valorização da vida”.

2. PROBLEMAS DA PESQUISA

Ainda que o fenômeno da comunicação seja extremamente multilateral, polifônico e bastante complexo, este trabalho se debruça sobre a comunicação no contexto universitário e sobre a violência contra a mulher.

O programa surge a partir de uma inquietação intelectual decorrente dos abusos percebidos na universidade, de uma sensação de que a comunicação pode contribuir bastante para melhorar o clima da universidade e da tentativa de promover uma cultura de paz.

Nesse sentido, emergem algumas questões principais que motivam essa produção:

- Como incrementar a Comunicação Pública da Universidade de Brasília e a visibilidade de temas de interesse público ligados à diversidade com o apoio da UnBTV e de atores da própria universidade?
- De que forma o debate nascido na universidade pode, ao mesmo tempo, promover uma cultura de paz e dar espaço às diferentes vozes da academia?
- Dada a diversidade existente na Universidade de Brasília, por que ela ainda não é valorizada de maneira satisfatória?
- Qual a dimensão da violência contra a mulher e por que ela segue transtornando a população, causando a morte de milhares delas no Brasil?
- Quais os principais dispositivos legais já criados para proteger as mulheres brasileiras?

Na tentativa de dar respostas a esses e outros questionamentos, o Diversidade em Debate figura como um produto de valorização da diversidade a serviço da comunicação pública universitária. Ele é também uma ferramenta de comunicação útil para promoção da cidadania e da paz.

3. JUSTIFICATIVA

Como mencionado, uma aluna foi morta dentro da UnB, o crime abalou a principal universidade da capital do país e chocou a população. Contudo, não foi o primeiro caso. Outras ocorrências, típicas demonstrações de ódio, intolerância, ou mesmo ignorância, são frequentes para a comunidade universitária. Assim, surge uma sensação de que falta educação, empatia, tolerância, humanidade, respeito e civilidade.

Há uma imagem que domina o imaginário do povo brasileiro a respeito de si mesmo: alegre, miscigenado, hospitaleiro, festivo, carinhoso, criativo etc. Mas há também um outro lado marcante: um povo machista, misógino, racista, classista, homofóbico, crente de religiões perversas etc. Essa faceta também aparece no ambiente acadêmico e ali faz um sem-número de vítimas.

Luiz Ruffato, colunista do jornal El País, escreveu em junho de 2015 um texto intitulado “O brasileiro cordial – falar que somos tolerantes é desconhecer nosso machismo, nossa homofobia e nosso racismo”. A publicação se atém basicamente ao problema da violência no Brasil, mas vale destacar o trecho em que o autor revela o contraste da civilização tupiniquim:

Um dos estereótipos mais arraigados em relação à cultura brasileira é a de que somos um povo alegre, hospitaleiro e festeiro. Ora, de cada 100 assassinatos ocorridos no mundo, 13 verificam-se no Brasil. O pensamento machista domina a sociedade de alto a baixo —uma em cada três pessoas (homens e mulheres) acredita que o estupro ocorre por causa do comportamento feminino. (RUFFATO, 2015)

O Diversidade em Debate surge exatamente como consequência de uma percepção de que a diversidade permanece invisível, subvalorizada, vilipendiada. Mulheres e homens gays, bissexuais, travestis, transexuais são assassinados, vítimas de chacota, rejeitados, eles são vítimas de toda sorte de violência, grupos étnicos como os negros e os índios seguem à margem da sociedade, são vítimas da discriminação e de ataques racistas promovidos, muitas vezes, por companheiros de curso, como foi apresentado nas quatro matérias destacadas anteriormente.

O programa é motivado pela sensação de que muitas ações precisam ser tomadas para extinguirmos tais comportamentos e a comunicação, pensada de maneira estratégica, é uma via possível à medida em que nos serve como um meio capaz de influenciar o comportamento social.

Aliás, a televisão foi escolhida como o meio propício para a exibição do programa porque é dinâmica, de fácil digestão, tem alcance massivo, é afinada com a internet e, portanto, tem grande capacidade de alcançar tanto a comunidade universitária, sobretudo os jovens estudantes, mas também professores e servidores, quanto a sociedade em geral via internet. Além disso, a TV permite uma eventual apresentação do programa ao vivo, o que fomentaria a interação imediata com os espectadores.

O formato do programa é consequência da ideia de debate intrínseca ao projeto. Três convidados e um mediador integram uma roda de discussão. Esse formato foi escolhido porque permite que a discussão flua com dinamicidade, mas, ao mesmo tempo, para que cada convidado tenha tempo de elaborar e concluir o seu raciocínio, deixando claro para o espectador a sua visão sobre o assunto em pauta. Dessa maneira, também é possível que os outros participantes possam complementar com outras informações dentro dos limites de cada bloco.

O presente trabalho se faz necessário também porque, como será apontado detalhadamente adiante, a grade de programação da UnBTV está carente de atrações que debatam temas ligados às minorias, seja em formato de mesa-redonda, como o *Diversidade em Debate*, ou qualquer outro.

Por fim, o produto é fruto de um desejo pessoal do autor de poder contribuir, utilizando o conhecimento e os instrumentos à disposição, com a melhora do ambiente universitário, no mínimo. Aliada à necessidade de produzir um trabalho de conclusão de curso, surge a oportunidade de trabalhar para devolver algo de construtivo à sociedade, que investiu em sua formação pelas vias do ensino superior público.

4. OBJETIVOS

O produto tem o objetivo principal de valorizar a diversidade diante da Universidade de Brasília e da sociedade como um todo. O programa busca trazer, por meio da televisão universitária, o debate junto a pesquisadores e especialistas acerca de temas de interesse público ligados à diversidade.

O intuito desse produto é promover uma reflexão que seja capaz de contribuir não só para a formação cidadã dos estudantes, mas também para a discussão e a proposição de ações de enfrentamento à violência. Ele tem o intento de desmistificar preconceitos em uma perspectiva de promoção da cultura de paz dentro da universidade.

Por meio desse debate público também será possível atender às necessidades do cidadão e dos demais atores sociais de obter informações importantes a respeito dos temas em discussão. É preciso ter em mente que o programa é também uma prestação de serviço, por isso o título do projeto. Com esse trabalho, acredita-se que se estimulará uma cidadania ativa, solidária com os demais e auxiliará na formação de opinião.

Em última instância, o Diversidade em Debate visa à promoção da tolerância e ao combate à discriminação por meio da informação.

5. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Para melhor compreensão do contexto em que se insere o Diversidade em Debate, a seguir será feita uma apresentação do referencial teórico ligado à comunicação pública e sua importância para a democracia. Também serão apresentados os principais aspectos do problema da violência contra a mulher no Brasil.

5.1 Comunicação Pública e Cidadania

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil fundamentou o seu regime político em bases democráticas. Portanto, a administração pública funciona para atender democraticamente aos interesses da coletividade. Entretanto, no que se refere à Comunicação Social no Brasil, a Carta Magna parece não ter resolvido um problema que já estava anunciado: a concentração midiática e a consequente homogeneização dos conteúdos que seriam oferecidos à nação por meio da TV aberta.

Já há mais de 30 anos, o sistema de comunicação brasileiro, especialmente os meios de radiodifusão, tem de lidar com a centralização dos meios de difusão da informação nas mãos de poucas famílias, empresas e igrejas. Sodré (1996) salienta que nove clãs dão conta de mais de 90% de toda a comunicação feita no Brasil. São jornais, revistas, rádios, redes comerciais de televisão, agências de notícias e páginas na internet nas mãos de um oligopólio localizado no estamento dominante da sociedade.

Para citar nominalmente os grupos familiares dessa elite: são as famílias Marinho, Abravanel, Saad, Mesquita, Frias, e a Igreja Universal do Reino de Deus alguns dos responsáveis pelas mídias comerciais brasileiras, segundo estudos realizados por Caparelli e Lima (2004). Naturalmente, o conteúdo veiculado pelos conglomerados de comunicação tem sua qualidade afetada por causa dos interesses dos responsáveis por essas empresas.

Por exemplo, de acordo com estudo citado acima, a família Marinho, dona das Organizações Globo, detém o poder sobre a emissora aberta “Rede Globo de Televisão”, líder de audiência no país, a “GLOBOSAT”, a maior programadora de canais para TV a cabo da América Latina³, o jornal “O Globo”, o portal de notícias “G1”, mais de 30% das emissoras de rádio, incluindo a rede CBN, a produtora e distribuidora “Globo Filmes”

³ Ao menos é assim que a GLOBOSAT qualifica a si mesma em seu site. Disponível em: <<http://canaisglobosat.globo.com/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

etc. Vale ressaltar que parte dos programas veiculados pela organização também contam com páginas na internet e nas mídias sociais, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, alcançando milhões de internautas. Com faturamento anual bilionário⁴, a Direção Geral de Negócios⁵ informa que a instituição alcança pouco mais de 98% dos municípios de todo o Brasil.

Posto que são escassos os grupos que comandam a gestão e a programação dos principais meios de radiodifusão no Brasil, nota-se que a realidade é exatamente contrária ao enunciado do parágrafo 5º do artigo 220 da Carta Magna, a saber: “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. (BRASIL, 1988). Há uma discrepância entre a norma e os fatos.

Considerando essa configuração para a radiodifusão no Brasil, parece imperioso que a população conte com meios livres de interesses políticos e econômicos, meios alternativos de comunicação. Talvez essa seja uma via possível para então conferir plenamente à nação o direito constitucional à Comunicação, quer dizer, à manifestação do pensamento, à criação, à liberdade de expressão, à informação e a conteúdo relevante e de qualidade.

É nesse contexto que se instalam as emissoras públicas. Entre outras funções, elas têm a importância elementar de contrastar no ecossistema da comunicação com as empresas de natureza comercial. Além disso, elas também colaboram no sentido de reforçar a publicidade como um dos princípios constitucionais da administração pública, paralelamente à legalidade, à impessoalidade, à moralidade e à eficiência. O contexto das emissoras públicas será melhor aprofundado adiante.

No entanto, para compreender a necessidade das emissoras públicas, é necessário, antes, refletir sobre a comunicação pública como um todo. Jorge Duarte (2011) elabora o conceito de comunicação pública, fornece as bases do seu pensamento e mostra as consequências desse fenômeno, o autor nos serve como uma referência nesse assunto.

⁴ A matéria “Em meio à crise econômica, Globo tem lucro líquido superior a R\$ 3 bi” foi veiculada pela Carta Capital em março de 2016. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/em-meio-a-crise-economica-globo-tem-lucro-liquido-superior-a-r-3-bi>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

⁵ Disponível em: <<http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Totalizador.aspx>>. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

De início, Duarte (2011) ressalta que comunicação governamental ou comunicação política não devem ser confundidas com comunicação pública. É oportuno aprofundar tais definições para uma melhor compreensão do tema.

A Comunicação Pública ocorre no espaço formado (veja quadro) pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público. Ela trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. A Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer Comunicação Pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. (DUARTE, 2011, p. 126)

Figura 1 – Quadro representativo dos fluxos de informações entre os atores sociais em um ambiente de comunicação de interesse público



Fonte: Duarte, 2011, p.127

Segundo o autor, e de acordo com a imagem acima, proposta por ele, um modelo que simplifica a complexidade para fins didáticos, a comunicação pública acontece nesse ambiente de interesse público, o que não significa dizer interesse estatal, governamental

ou político. Ela é um fenômeno que surge em um espaço onde interagem atores públicos e privados, mas ela diz respeito somente à relação, ao convívio, ao fluxo de informação ligadas aos temas de interesse coletivo. Assim, são contemplados os assuntos relacionados ao Estado, aos governos, partidos políticos, terceiro setor e, em alguns casos, até às ações tidas, em um primeiro momento, como privadas.

Com efeito, a comunicação governamental se distingue da comunicação política à medida em que a primeira envolve fluxos de informação entre gestores, a ação do Estado e a sociedade. Entenda-se por Estado os órgãos e instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, empresas públicas, agências reguladoras e as forças militares. Já a comunicação política, por outro lado, “trata do discurso e ação de governos, partidos e seus agentes na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham a ver com poder político, relacionado ou não a eleições”. (DUARTE, 2011, p.126).

Jorge Duarte (2011) reforça que as interfaces entre as diversas áreas são várias, o liame, porém, é volátil, fluido e até etéreo. Segundo ele, o desafio da comunicação pública é colocar em perspectiva o conjunto sociedade e indivíduo-cidadão antes das instâncias governamentais, privadas, midiáticas, pessoais e políticas.

Ainda segundo o autor, o compromisso de situar o interesse da sociedade em vez da conveniência da empresa, da entidade, do governante, do ator político caracteriza a ideia-chave de *espírito público*. Nesse sentido, abre-se caminho para que a sociedade cumpra, com liberdade e igualdade, o fraterno objetivo de ajudar a melhorar a si própria.

Nesse trabalho de qualificar a gestão do público, a CP pode ser fundamental para a) identificar demandas sociais; b) definir conceitos e eixos para uma ação pública coerente e integrada; c) promover e valorizar o interesse público; d) qualificar a formulação e implementação de políticas públicas; e) orientar os administradores em direção a uma gestão mais eficiente; f) garantir a participação coletiva na definição, implementação, monitoramento, controle e viabilização, avaliação e revisão das políticas e ações públicas; g) atender as necessidades do cidadão e dos diferentes atores sociais por obter e disseminar informações e opiniões, garantindo a pluralidade no debate público; h) estimular uma cidadania consciente, ativa e solidária; i) melhorar a compreensão sobre o funcionamento do setor público; j) induzir e qualificar a interação com a gestão e a execução dos serviços públicos; e k) avaliar a execução das ações de interesse coletivo. (DUARTE, 2011, p.128)

Comunicação pública ainda não tem um conceito definitivo, fechado, ele está em construção. A autora Elizabeth Pazito Brandão (2009) define comunicação pública de maneira mais ou menos similar:

Comunicação Pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país. (BRANDÃO, 2009, p.31)

Contudo, ela destaca em sua contribuição que o conceito de comunicação pública no Brasil é relativamente recente e ainda é uma aproximação. São múltiplos os significados e acepções que existem para o termo na bibliografia, em *sites* e em cursos universitários. Neste caso, ela está identificada com os conhecimentos e técnicas da área de Comunicação Organizacional e objetiva transmitir informações/ideias com vistas ao fortalecimento da cidadania.

No que se refere à relação entre comunicação pública e cidadania, vale destacar que a consolidação desta última é justamente uma das funções dela. Com efeito, Curvello (2009) argumenta que

desde a segunda metade do século XX, o conceito de cidadania adquire importância crescente devido à visão de que o Estado é o legítimo representante dos interesses do cidadão e ao incremento dos movimentos sociais e da participação da sociedade civil nos processos decisórios. (CURVELLO, 2009, p. 201)

Sobre este assunto, Curvello (2009) menciona Pierre Zémor (1995), que nos explica outras finalidades desse processo de comunicação. Entre elas, destacam-se:

ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; informar (levar ao conhecimento, prestar contas e valorizar); contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator social); [...] a Comunicação Pública é a comunicação formal que diz respeito à troca e à partilha de informações de utilidade pública, assim como à manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas. (ZEMOR, 1995, apud CURVELLO, 2009, p. 202)

Considera-se que a comunicação pública produzida na Universidade tem o poder de agir para colaborar com a proteção daquelas 40 mil pessoas que circulam pelos quatro *campi* da UnB. É em um contexto de estímulo à cidadania, de integração, de qualificação do debate que o programa tenciona impulsionar a discussão e a participação da coletividade no combate à violência e nos processos decisórios concernentes às estratégias a serem implementadas para tanto.

Nessa perspectiva, enfim serão discutidos a seguir alguns pressupostos básicos para a constituição de uma emissora pública e os dilemas que repousam sobre a questão do financiamento dessas emissoras.

5.1.1 Emissoras Públicas

As emissoras públicas, sejam de televisão ou rádio, funcionam como um mecanismo de comunicação para difundir informações de interesse público, prestando serviços que fortalecem a democracia, estimulam a participação e valorizam os indivíduos enquanto cidadãos. Bucci (2012) nos traz alguns esclarecimentos a respeito da organização conceitual dessas emissoras:

Em primeiro lugar, sua propriedade e sua natureza jurídica não a vinculam direta ou indiretamente ao Estado, nos termos da legislação que rege a administração pública, mas também não a caracterizam como empresa comercial, uma vez que ela não tem finalidade de lucro e não é financiada pelo mercado anunciante. Como regra, ela não veicula comerciais e, nesse mercado, não compete com as emissoras comerciais. Em segundo lugar, seu financiamento é de natureza pública, ou seja, ela vive de dotações regulares vindas do Estado ou da sociedade. Quando vindos da sociedade, os recursos que financiam a emissora pública podem resultar de uma taxa – compulsória (*license fee*) – ou de doações voluntárias. O fundamental, para esta conceituação, é que esses aportes financeiros estejam previstos em lei e sejam protegidos por lei, de tal forma que não podem ser desviados, pela autoridade pública, para outras finalidades, e também não podem ser contingenciados de acordo com a discricionariedade do agente público. A lei, também, deve deixar expressa a não vinculação da emissora pública a qualquer autoridade externa ao seu próprio corpo funcional. (BUCCI, 2012, p. 22)

Em se tratando de emissoras públicas, é vital deixar claro que elas têm compromisso com a liberdade, a autonomia e a independência uma vez que não necessitam, e nem devem, se curvar perante agentes externos de natureza política ou econômica que, porventura, acenem o anseio de interferir na gestão ou na programação da emissora. É um disparate negligenciá-la à conveniência dos interesses desses agentes.

Quanto à forma de gestão, Bucci (2012) aponta que o órgão máximo de poder de uma emissora pública, em bases democráticas, é o conselho independente composto por representantes da sociedade. A nomeação pode passar por – ou mesmo se origina de – órgãos de Estado (o que acontece, por formas e mecanismos distintos, com várias emissoras públicas no mundo). Os conselheiros, todavia, não devem obediência ou lealdade ao governante, desfrutam de mandato e de autonomia expressa, verificável e comprovada. Segundo diversos critérios, o conselho deve ser plural e as pessoas que o compõem são dotadas de notória autonomia intelectual, política e se distinguem por sua conduta ética irrepreensível.

Sustenta-se que uma via possível é a gestão interpolada, ou seja, o início do mandato do governo não deve coincidir com o início do mandato dos conselheiros e/ou presidente da emissora, no intuito de construir uma comunicação mais livre e impermeável aos interesses políticos⁶.

Ainda de acordo com Bucci (2012), um dos aspectos mais delicados no entendimento da televisão pública é a sua forma de financiamento. Não existe um consenso sobre a definição da fórmula ideal. O uso de verbas públicas é apontado como problemático uma vez que pode funcionar como um fator de enfraquecimento da autonomia editorial, influenciando negativamente o posicionamento livre e crítico esperado das emissoras públicas.

Por outro lado, aquelas receitas oriundas do mercado anunciante também são problemáticas na medida em que podem cravar na comunicação qualquer outro interesse, que não o público. Ao competir com os canais comerciais por publicidade, altera-se a lógica do canal, já que ele passa a ter seu ritmo, conteúdo, andamento e estética desviados do propósito da existência da emissora, colocando, inclusive, sua legitimidade em cheque.

O autor defende que “ao disputar receitas dos anunciantes, a emissora pública tende a se comportar, em diversos níveis, como uma emissora comercial comum”. (BUCCI, 2012, p. 17).

Retomando os argumentos, temos então que, por um lado, a restrição ao acesso a recursos comerciais pode ser uma forma de aumentar a dependência estatal. A qualidade do serviço prestado também pode ser prejudicada, uma vez que cortes orçamentários podem ocorrer em função das pressões orçamentárias que o setor público vem enfrentando no mundo de forma geral. Por outro lado, emissoras públicas que têm acesso ao mercado publicitário como fonte de financiamento competem em condições vantajosas com as emissoras comerciais, além de verem sua filosofia afetada pelo mercado. (BUCCI, 2012, p.19)

⁶ A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) viveu um descompasso em sua gestão quando assumiu o governo de Michel Temer, à época interino, após o afastamento de Dilma Rousseff em maio de 2016, em decorrência do processo de *impeachment*. Temer demitiu o jornalista Ricardo Melo, então presidente nomeado por Dilma pouco antes de ser afastada, e escalou Laerte Rimoli para o comando da empresa. No entanto, uma liminar do Supremo Tribunal Federal reconduziu Melo ao cargo na semana seguinte, onde permaneceu até 2 de setembro de 2016, dois dias depois da confirmação de Temer na presidência. Uma vez que assumiu em definitivo o Palácio do Planalto, publicou a medida provisória 744 e o decreto 8.846, os quais alteram o estatuto da EBC, transferindo ao Presidente da República o poder de nomear e exonerar toda a diretoria-executiva da empresa e extinguindo o conselho curador. Melo foi então destituído e assumiu novamente Laerte Rimoli. Apesar de não ter sido extinta enquanto organização, especialistas apontam que, com o fim do conselho curador, a EBC deixa de ser uma empresa pública e se torna Estatal, perdendo a sua autonomia administrativa, crítica e comunicacional.

Esse parece ser um dos grandes dilemas do financiamento das emissoras públicas. A questão é tratada de formas distintas nas mais diversas estações ao redor do globo. Existem casos de sucesso. Nesses lugares, cada um ao seu modo, tem predominado o esquema misto, composto em sua maior parcela (mais de 75%) pelo pagamento de taxas por parte das residências e pelo aporte financeiro angariado graças às receitas comerciais com a venda de anúncios e programas, de acordo com Bucci (2012).

Em outras palavras, e por tudo discutido até aqui, infere-se que o sentido principal no qual se apoia a existência das emissoras públicas é minimizar os efeitos dos monopólios e oligopólios⁷, a fim de cumprir a promessa de uma comunicação alicerçada na democracia, além da previsão legal na Constituição Federal referente à complementaridade dos sistemas público, estatal e privado de comunicação.

A radiodifusão, mesmo quando explorada por empresas privadas mediante concessão pública, deve levar informação e cultura à sociedade, ajudando no acesso à informação livre de interesses mercadológicos ou institucionais; informação essa que estimula a formação crítica dos cidadãos.

A radiodifusão de serviço público é um componente vital de um sistema midiático efetivamente plural, livre e independente. Um aparato robusto de radiodifusão pública, em linha com as melhores práticas internacionais, constitui-se em elemento complementar aos atores privados e comunitários que configuram os ecossistemas midiáticos – o que é da mais alta relevância para a democracia. (BUCCI, 2012, p. 9)

Não se pode perder de vista o fato de que as emissoras públicas dependem de verbas repassadas pelo poder público por meio do recolhimento de impostos; por isso, a sociedade é sua mantenedora e ao mesmo tempo usuária. O triunfo da comunicação pública é justamente a valorização da coletividade enquanto nação cidadã.

No entanto, as emissoras privadas, abertas, enviesadas, comprometidas com os anunciantes, com a sustentabilidade do número de televisões ligadas e, sobretudo com o lucro, seguem sendo a locomotiva da audiência da TV brasileira. O caso da radiodifusão

⁷ Os meios de comunicação social não são apenas uma atividade econômica. Ao contrário, são instituições vitais nas democracias modernas por se constituírem como espaço público para exercício da liberdade de expressão, o qual deve abrigar a pluralidade e a diversidade de vozes que existem na sociedade e não deve ser dominado por um único proprietário, família ou empresa, o que caracterizaria um monopólio, e nem por alguns poucos proprietários, famílias ou empresas, o que caracterizaria um oligopólio. No entanto, o arcabouço legal brasileiro carece de uma definição do que seriam precisamente o monopólio e o oligopólio midiáticos, algo que pode ser resolvido com a regulamentação da mídia, prevista na Constituição Federal de 1988, mas que até agora não entrou na pauta do Congresso Nacional.

no Brasil não está nem perto do ideal prescrito por Bucci (2012). “De modo especial, as emissoras públicas devem liderar, devem destacar-se como referências na busca e no atingimento desses objetivos praticamente universais”. (BUCCI, 2012, p.13).

Todavia existem, como dito, formatos de comunicação pública empregados de maneiras distintas pelos países ao redor do globo. Por seu êxito, destacam-se o Reino Unido⁸, a Alemanha, o Japão. A Inglaterra é pioneira na inauguração de um sistema público de comunicação ainda na década de 1920. Os teutos, por outro lado, instituíram seu próprio modelo público apenas depois de superar a Segunda Guerra Mundial.

Além desses países, os Estados Unidos também têm um modelo que parece suficiente e equilibrado. Surgido em 1969, o *Public Broadcasting Service* (PBS) é uma empresa norte-americana reconhecida internacionalmente por oferecer conteúdo com foco na cultura e na educação. O PBS abastece as estações locais – com status de sócias - afiliadas em todo o país (são 50 estados americanos) com programação de qualidade. De acordo com Bruno Sodré (2007), “seu financiamento, dividido entre Estado, mercado e sociedade, garante sua independência editorial”. (SODRÉ, B., 2007, p. 7). Seu orçamento depende do Executivo e do Congresso, das doações, da venda de programas e dos patrocinadores.

O autor destaca que o serviço tem a função de fomentar programação que fuja dos padrões mercadológicos com ênfase no entretenimento e no jornalismo espetaculoso.

Em poucas palavras, o PBS pode ser definido como uma corporação privada de interesse público, sem fins lucrativos, criada para prestar assistência às estações públicas de TV nos Estados Unidos. Ele coordena uma rede composta por 354 emissoras-membro, espalhadas por todos os estados americanos. No entanto, o PBS não produz nada, apenas compra e patrocina programas produzidos por universidades, produtoras independentes, ONGs norte-americanas e de outros países e pelas próprias estações locais. (SODRÉ, B., 2007, p.10)

Outra sigla marcante no modelo americano é a *Corporation for Public Broadcasting* (CPB). “Criada pelo governo dos EUA em 1967, dois anos antes do PBS, ela recebe uma dotação governamental anual que é repassada para as rádios e televisões públicas locais, para as produtoras independentes de programa e para o próprio PBS”.

⁸ Informações divulgadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/tv-publica-ebc/tv-publica-no-mundo>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

(SODRÉ, B., 2007, p.10). No início da década de 1970, enquanto o PBS seria responsável por distribuir programas, a CPB seria a instituição que proveria os recursos.

O autor destaca que a diretoria do PBS é formada pela presidente Paula Kerger e por 26 membros representantes das estações que, juntos, compõem um conselho. Segundo dados de 2015, tirados do *site*⁹ da organização, no curso de um ano, 82% de todos os domicílios com televisão - e 198 milhões de pessoas – assistem PBS.

O serviço é fortemente marcado pela programação voltada para crianças, inclusive exportando-a para outros países. Na temporada de 2014-15, 71% de todas as crianças estadunidenses de 2 a 8 anos foram alcançadas pelo PBS. Sodré (2007) aponta que “da trilogia clássica, informação-educação-diversão, ou seja, jornalismo-cultura-entretenimento, a ênfase do PBS não está no jornalismo, mas na educação/cultura”. (SODRÉ, B., 2007, p.5).

A organização salienta que sua audiência no horário nobre é significativamente maior do que em muitos canais comerciais, como o *Bravo*, *A&E*, *TLC*, *HBO*, *Discovery Channel* e *Hgtv*. Além disso, a avaliação do público no horário nobre para a programação de notícias e assuntos públicos é 109% maior do que a mesma avaliação para a CNN¹⁰.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, inicialmente se estabeleceu a TV privada. De acordo com Sodré (2007), “o financiamento da atividade dava-se pela exploração da publicidade e os concessionários tinham direito ao lucro”. (SODRÉ, B., 2007, p.89). Em decorrência, as emissoras desenhavam uma programação com ênfase no entretenimento, alinhadas e pautadas por parâmetros comerciais.

Diferentemente da Europa, onde o sistema de televisão é norteado pelo conceito de *public broadcasting service* (radiodifusão de serviço público), fundamentado na BBC, o Brasil seguiu o modelo norte americano, ou seja, a exploração privada de um serviço público. A adoção desse paradigma propiciou que as emissoras comerciais se estabelecessem antes das emissoras públicas. A primeira experiência com a televisão, por exemplo, vai ao ar em 18 de setembro de 1950, em São Paulo. Era a TV Tupi, pertencente aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. (SODRÉ, B., 2007, p.89)

⁹ Disponível em: <<http://www.pbs.org/about/about-pbs/overview/>>. Acesso em: 10 de junho de 2016. Tradução nossa.

¹⁰ Todos esses são canais de televisão com sede nos Estados Unidos cuja transmissão é feita a cabo ou via satélite, por assinatura. O HBO é o mais antigo, sua fundação aconteceu no início da década de 1970. Exceto pelo HGTV, fundado em 1994 e pelo TLC, de 2011, todos os outros tiveram sua origem na primeira metade dos anos 1980, inclusive a CNN, que é marcada pela programação exclusivamente jornalística.

No entanto, a história brasileira da TV pública começou a ser escrita na década de 1960, durante a ditadura militar que, graças ao fortalecimento da integração nacional, consolidou a indústria da televisão. É importante ressaltar que a TV enquanto inovação tecnológica salta aos olhos dos governantes dessa época porque, como meio de comunicação de massa, eles acreditavam que ela poderia influenciar ou refrear a opinião e a crítica públicas.

De acordo com uma pesquisa feita para a BBC sobre o funcionamento de diferentes sistemas públicos em várias partes do mundo (McKinsey, 1993), no continente europeu (que exclui a Grã-Bretanha) a indústria do rádio e da televisão desenvolveu-se depois da Segunda Guerra Mundial “refletindo os princípios mais corporativistas dos governos nacionais”. Um dos exemplos mencionados foi a forma como o presidente (1958-69) Charles De Gaulle usava a televisão para conter a imprensa provincial que ele considerava hostil ao seu governo. (LEAL FILHO, 1997, p.22)

A história da comunicação pública no Brasil também não escapou da repressão durante o regime militar. Fundada em 1969, a TV Cultura, cuja mantenedora é a Fundação Padre Anchieta, perdeu seu diretor de jornalismo, Vladimir Herzog, assassinado em uma prisão do Exército na década de 1970 – o tempo em que o pensamento crítico era calado e a liberdade de expressão cerceada.

No entanto, tal estágio também é o despertar da percepção de que o meio televisivo é um recurso capaz de colaborar para a instrução da população a partir da oferta programas educacionais. “A primeira televisão educativa vai ao ar em 1967: é a TV Universitária do Recife. Até 1974, são criadas mais nove emissoras educativas. Elas nascem com limitações muito rígidas”. (SODRÉ, B., 2007, p.90). Destinadas a veicular apenas programação de apoio educacional, eram transmitidas aulas, conferências, palestras e debates.

Ainda no final do século XX, o Estado brasileiro se mobilizou no sentido de formular uma lei que atendesse às demandas sociais por uma comunicação efetivamente livre e plural.

Em 1995, a Lei 8.977 cria as TVs por cabo e por assinatura no Brasil, estabelecendo uma obrigação às operadoras a cabo: distribuir sete canais básicos de utilização gratuita: um canal legislativo estadual/municipal; um canal para a Câmara dos Deputados; um canal para o Senado Federal; **um canal universitário**; um canal educativo-cultural compartilhado entre União, Estados e Municípios; um canal comunitário e um canal do Supremo Tribunal Federal. (SODRÉ, B., 2007, p.92, grifo nosso)

A Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), a Associação Brasileira dos Canais Comunitários (Abcom) e Associação Brasileira dos Canais Legislativos (Astral) surgem ainda nos primeiros anos da década de 2000 em decorrência da ampliação de canais públicos de televisão e de uma maior articulação entre televisões universitárias, canais comunitários e redes de comunicação dos órgãos legislativos, respectivamente.

O Diversidade em Debate está inserido, precisamente, em um contexto de comunicação pública por intermédio da produtora e emissora UnBTV, o canal universitário de Brasília. Para os fins do presente trabalho, será feita a seguir uma exposição sucinta sobre a associação que é mais relevante para compreensão da comunicação pública universitária, a ABTU.

5.1.2 Televisão Universitária

ABTU

A Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), sediada em São Paulo, fundada em 30 de outubro de 2000, congrega Instituições de Ensino Superior (IES) capazes de produzir uma televisão educativa e cultural. A organização é consequência do esforço iniciado ainda no final do século passado para dar publicidade aos feitos das universidades.

Dezenas de IES, de todo o país, vêm se lançando no desafio da comunicação audiovisual eletrônica desde meados dos anos 1990 para fazer com que o conhecimento científico gerado na academia chegue ao público mais rapidamente e de forma mais eficiente. A ABTU é o instrumento político e técnico para a articulação deste grande esforço coletivo. (ABTU)

O texto de apresentação¹¹ da organização em sua página na internet esclarece que a ABTU “trabalha pela expansão das atividades universitárias no campo da mídia e da teleducação [sic]. Suas associadas são instituições conceituadas, [...] que transmitem informação e cultura em todas as tecnologias disponíveis de televisão [...]”.

Criada sobretudo para apoiar as universidades que desejam explorar a comunicação pela televisão, a ABTU oferece orientações sobre os caminhos a serem percorridos para viabilizar a operação de canais de TV, auxilia na organização da

¹¹ Excerto retirado da página de apresentação do *site* da associação. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br/WebSite/>>. Acesso em: 8 de junho de 2016.

produção de forma a assegurar provimento regular de conteúdo para a programação e ainda orienta administrativa, técnica e juridicamente as IES.

Desde que desenvolvam atividades regulares de produção televisiva com caráter educativo-cultural, podem ser sócias universidades, centros universitários, faculdades ou centros de pesquisa. Por fim, a organização também é responsável por representar as associadas junto aos organismos estatais, como o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Educação, a Anatel, e demais instituições da sociedade.

A ABTU opera no sentido da expansão da televisão educativa e fomenta a criação de canais universitários no país em ‘qualquer formato, meio ou tecnologia’. A associação é mais uma organização que busca agir para atender democraticamente às demandas preconizadas pelo artigo 221¹² da Carta Magna.

A comunicação universitária interage com públicos diversos, entre eles os professores, os servidores, os estudantes, os governos, a sociedade, as outras universidades etc. Acredita-se que para produzir um programa televisivo como o Diversidade em Debate, inserido em um contexto de comunicação pública universitária, voltado primeiramente para a comunidade acadêmica e, em seguida, para a sociedade, é fundamental caracterizar o cenário atual de inserção da televisão universitária.

A ABTU apresenta o seguinte conceito para contemplar a definição de “televisão universitária”:

é aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão, independente da natureza de sua propriedade. Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética. Uma televisão voltada para todo o público interessado em cultura, informação e vida universitária, no qual prioritariamente se inclui, é certo, o próprio público acadêmico e aquele que gravita no seu entorno: familiares, fornecedores, vestibulandos, gestores públicos da educação, etc. (ABTU, 2004, p.5)

¹² O Art. 221 da Constituição Federal dispõe sobre a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão estabelecendo princípios como a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional com estímulo à produção independente; e ainda o respeito aos valores éticos e sociais.

Posto que as televisões universitárias têm acesso aos recursos humanos, técnicos e financeiros em maior ou menor grau e que, às vezes, são capitais até bastante escassos, ou mesmo inexistentes, resulta que o modo de fazer, a qualidade e a estética da comunicação pública feita pelas universidades acaba se distinguindo uma da outra. Nem toda universidade pública federal, por exemplo, dispõe em 2016 de uma rádio universitária, ou um canal de televisão.

Apesar do crescimento do segmento, as Televisões Universitárias Brasileiras enfrentam grandes problemas. Muitas delas, dividem espaço com os laboratórios dos Departamentos de Comunicação das Instituições, não tem equipamentos nem equipes suficientes para produzir em grande volume e essa produção, na grande maioria das vezes, acaba repetindo os conteúdos das TVs comerciais. (ABTU, 2004, p.7)

O financiamento das televisões universitárias é um problema controverso. A produção de TV somada à operação de um canal de transmissão são atividades que demandam altos investimentos, especialmente se comparadas aos padrões normais de gastos das IES.

Atualmente, não há escapatória: quem financia a Televisão Universitária são as próprias IES. Na quase totalidade dos projetos em curso, as contas são pagas com recursos de caixa, vale dizer, com as dotações orçamentárias (no caso das instituições públicas) ou com as mensalidades pagas pelos estudantes (no caso das privadas). (ABTU, 2004, p.7)

Pode-se imaginar, por ventura, que as verbas estatais destinadas ao incentivo cultural, como os advindos da “Lei Rouanet”¹³, ou do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)¹⁴, poderiam financiar os investimentos feitos pelas universidades em comunicação via TV. Contudo, devido à escassez dos recursos, as televisões teriam de se articular politicamente para alcançá-los. É o que explica a ABTU:

Quanto às verbas destinadas ao incentivo cultural, como aquelas previstas nas chamadas “Lei Rouanet” ou “Lei do Audiovisual”, igualmente têm mecanismos inadequados à produção universitária e, de qualquer forma, limitadas que são, geralmente vão parar

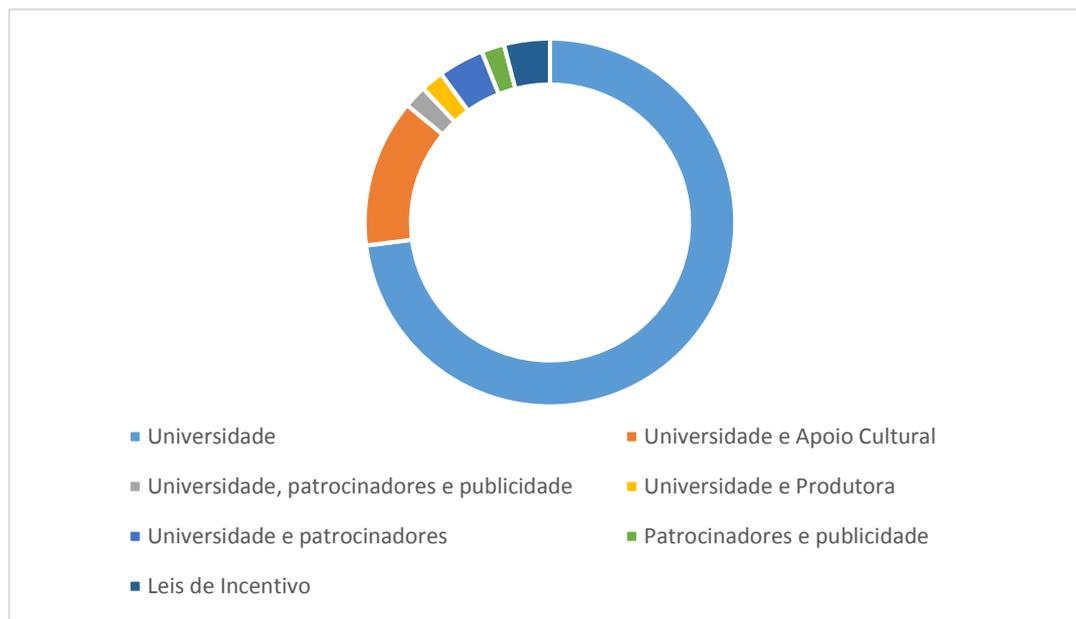
¹³ A Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, apelidada de “Lei Rouanet”, em homenagem ao ex-secretário de cultura Sérgio Paulo Rouanet, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Segundo o Ministério da Cultura, o programa é o mecanismo pelo qual o Estado faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção de destinar parte do Imposto de Renda ao patrocínio de projetos culturais. É por meio do incentivo fiscal que a sociedade, isto é, a iniciativa privada e os cidadãos podem potencializar a cultura nacional.

¹⁴ Segundo a Agência Nacional do Cinema, o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), criado pela Lei 11.437, de 28 de dezembro de 2006, é destinado ao fomento de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual brasileira – produção, distribuição/comercialização, exibição e infraestrutura de serviços. Trata-se de uma política pública de fomento à indústria cinematográfica e audiovisual cujos principais dispositivos financeiros são: investimento, financiamento, operações de apoio e equalização de encargos.

em mãos de produtores mais articulados, mais profissionalizados e mais hábeis politicamente. (ABTU, 2004, p.8)

De acordo com o gráfico abaixo, pode-se observar que 73% dos recursos da Televisão Universitária Brasileira vêm, exclusivamente, da própria Universidade.

Gráfico 1 – Formas de financiamento das televisões universitárias



Fonte: A Televisão Universitária no Brasil, ABTU, 2004.

Com efeito, aquelas suficientemente dotadas de aparelhos para fazer comunicação, e que contam com uma estação na TV, podem utilizar sua mídia para objetivos diversos que nem sempre são puramente públicos. São precisamente as instituições, as preferências e os objetivos partidários, governamentais, estatais, acadêmicos, científicos, ou ainda, os interesses orientados para satisfação da administração universitária os negócios que representam uma ameaça à comunicação de interesse público. É evidente que um conteúdo de interesse governamental, por exemplo, pode também ser de interesse público, mas, como foi apresentado, é exatamente esse último que deve prevalecer ante os demais.

A ABTU sustenta que o financiamento externo, a captação de patrocínios, poderia se tornar uma prática rotineira no intuito de minimizar o peso orçamentário da TV universitária para a IES. Segundo a associação, a venda de publicidade não significa, fatalmente, a “mercantilização da educação”. Para isso, é necessário um movimento que seja capaz de quebrar os preconceitos e as resistências relacionadas ao capital externo.

Será apresentado a seguir um breve panorama a respeito das televisões universitárias a partir de informações disponibilizadas pela associação que as reúne, pelo Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina e pelas páginas na internet de duas universidades de cada região do país. Buscou-se a caracterização delas de acordo com aspectos históricos, forma de financiamento, recursos humanos e programação. Entretanto, procurou-se sobretudo o indício de um programa de TV ligado à diversidade. As instituições foram escolhidas segundo o seguinte critério: ser uma universidade pública dotada de televisão universitária. Deu-se preferência àquelas sócias da ABTU, por uma questão de facilidade de acesso às informações, mas há exceções.

Região Norte

UFAM

A Universidade Federal do Amazonas dispõe de uma televisão universitária: a TV UFAM¹⁵. Inaugurada em março de 2005, ela ficou 8 anos no ar mas parou de funcionar em 2013 por falta de dinheiro e de funcionários. Recentemente passou por um processo de restauração e então conta, desde o ano passado, com um quadro de pessoal composto por servidores técnicos, provenientes de concurso público. Com a retomada da TV, uma nova logo também foi concebida.

O *site* da TV está em construção, mas eles contam com um *blog* bastante atualizado. A grade de programação da TV não pôde ser encontrada. Ainda que as informações sejam escassas, pelos dados disponíveis no *blog*, infere-se que a TV busca valorizar a diversidade étnica, sobretudo a indígena. São 3 programas regulares: *Entrevistas*, que discute temas gerais, *Porque ver...*, que aponta a relevância da TV universitária para a comunidade e reflete sobre a realidade da emissora, *Eu na UFAM*, programa sobre personalidades notáveis da universidade, e a série *Bastidores*, que mostra os projetos e ações de retomada da TV UFAM. Além disso, há um esforço no sentido de veicular conteúdos sobre produtos da Amazônia.

UFRR

A Universidade Federal de Roraima também conta com uma televisão universitária cuja missão¹⁶ é formar opinião como canal aberto, fortalecer e compartilhar o processo de educação com o telespectador e dispor de uma programação informativa,

¹⁵ Disponível em: <<http://www.tvufam.ufam.edu.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.observatorioradiodifusao.net.br>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

regional, educativa, cultural e acadêmica. Foi a extinção da TV Macuxi, que pertencia à Prefeitura de Boa Vista na década de 1990, que levou a universidade a ganhar a concessão da emissora. Hoje em dia o orçamento da TV é vinculado ao da universidade.

A emissora, canal 2, retransmite a programação da TV Brasil, mas também possui produções locais. São programas jornalísticos, educativos e culturais, como as atrações *Palco Amazônia* e o *Som Roraima*, os quais enaltecem a produção musical local. Documentários e reportagens retratam temas inseridos na perspectiva de valorização da cultura indígena, como na série *Índios no Brasil*. Além disso, são veiculados programas que contemplem interesses da sociedade, entre eles: saúde, segurança, meio ambiente e outros.

Região Nordeste

UFPE

A TVU Recife, canal 11, é a emissora educativa mais antiga do Brasil¹⁷. Com quase 50 anos, ela faz parte do Núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTVRU), órgão relativo à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), composto pela TVU Recife e pelas rádios universitárias em AM e FM. Sua missão é, declaradamente, promover a comunicação pública de maneira democrática e participativa, estimulando a formação crítica e a construção do conhecimento. A visão institucional é ser referência em comunicação pública, com excelência na produção e transmissão de conteúdos multimídia.

A TVU retransmite a programação da TV Brasil e também leva ao ar programas locais: *Opinião Pernambuco*, *Realidades - Direitos Humanos e Cidadania*, *Cabeça de Área* e *Sessão de Cinema Pernambucano*. Com finalidades educativas e culturais, a emissora, reconhecida pela qualidade e diversidade de programas, promove a cultura nacional e regional, incentiva a produção independente e dá visibilidade a grupos sociais. Seu financiamento provém da universidade, de apoios culturais e de coproduções.

Desde sua criação, a TVU tem sua programação diária e incessante marcada pela ênfase em informação, cultura, lazer e educação. Há 3 anos o *slogan* da emissora é "Nossa TV Pública". O fato é emblemático pois denota o caráter de sua programação voltada

¹⁷ Informações disponíveis em: < <https://www.ufpe.br/ntvru/>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

também para a discussão da comunicação pública. Com forte presença na internet, a TVU tem um canal no *Youtube* e página no *Facebook*.

UFBA

A TV UFBA informa em sua página na internet¹⁸ que tem a incumbência de promover o debate acerca de temas insólitos na grande mídia, forjando um ambiente propício para a reflexão crítica sobre o contexto social no qual está inserida. Sempre em uma perspectiva de emancipação cidadã, a TV incentiva o diálogo entre os campos de conhecimento e a sociedade, integrando comunidade estudantil, docentes, servidores e sociedade.

Uma equipe técnica de aproximadamente 15 pessoas dá conta da programação da TV, composta por 6 programas ao todo. Professores, pesquisadores e personalidades da UFBA apresentam suas linhas de pesquisas na atração chamada *Conecta*, estabelecendo uma ligação com temas do cotidiano da sociedade. Formatos e temas diversos têm espaço no *Especial TV UFBA* e no *TV UFBA.DOC*, aberto à experimentação da linguagem documental. O programa *Perfil* apresenta uma biografia de celebridades acadêmicas e culturais. Já com tom institucional, destacam-se o *UFBA No Ar* e o *Resenha*, programa que trata de temas relacionados ao universo dos estudantes.

Não há programação específica voltada para a pauta relativa à diversidade e tampouco informações a respeito dos aspectos históricos ou do financiamento da TV.

Região Sudeste

USP

A TVUSP¹⁹ produz e exhibe programas educativos, culturais, científicos e informativos há quase 20 anos. Seu conteúdo não está restrito ao principal *campus* da USP, em São Paulo. A TV também produz matérias em outros *campi* da USP, como em Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos. Trata-se de um esforço de integração que deu origem à Rede USP de Televisão (RUTV) ainda no início da década passada.

¹⁸ Disponível em: <<http://www2.tv.ufba.br/quem-somos>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

¹⁹ Disponível em: <<http://tvusponline.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

Na prática, vão ao ar reportagens, documentários e séries especiais sobre os mais variados temas, entre eles: saúde, tecnologia, ciência, arte, cultura e meio ambiente. A meta é que a produção acadêmica alcance um público cada vez mais amplo, formando opiniões e fomentando mudanças no âmbito social e cultural. A perspectiva de valorização da construção do conhecimento está inserida na divulgação científica promovida pela TV.

Fomenta-se a interatividade por meio de mecanismos de *feedback* que fogem das mensurações padrão. A TV USP apresenta forte ênfase no estreitamento da relação com a sociedade e com as outras unidades da universidade a fim de dar respostas ao corpo social, educar o cidadão e estimular a produção audiovisual. Não há informações detalhadas quanto à forma de financiamento da TV.

A programação é ampla e diversa. O canal da TV no *Youtube*²⁰ indica que no início do ano foram feitas ações em prol da “Semana da Mulher” que foram exibidas na televisão. Em tempo, reflete-se sobre as origens da violência e da desigualdade racial e social em programas veiculados sobre juventude negra da periferia, por exemplo. A TV USP também assegura espaços de valorização dos músicos de São Paulo em seu canal.

UFMG

A TV UFMG²¹, que teve sua estreia há 18 anos, é vinculada ao Centro de Comunicação da UFMG (CEDECOM). A televisão dividiu o espaço físico com o Centro até 2006, quando ganhou investimentos em infraestrutura e instalações próprias.

O aporte também viabilizou a expansão da equipe e da produção de conteúdo. A TV UFMG conta com sete programas em sua grade, são cerca de quatro horas de programação todos os dias. O *Circuito UFMG*, um jornal institucional diário, o *Câmera Aberta*, revista eletrônica semanal e o *Dois Pontos*, programa de entrevista sobre temas de ‘interesse da comunidade em geral’, semanal, são as principais atrações da TV UFMG.

A equipe de 12 colaboradores concursados, 10 contratados e 19 estagiários é responsável ainda por mais quatro programas: um ligado ao mundo animal, outro ao cinema independente, uma revista cultural e por fim uma atração interativa cujo mote é a acessibilidade para cegos e surdos por meio de recursos como libras, legenda, locução e

²⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/usponline>>. Acesso em 11 de junho de 2016.

²¹ Disponível em: <<http://tvufmg.blogspot.com.br/com.br>>. Acesso em: 11 de junho de 2016.

audiodescrição, é o *Na Rota da Acessibilidade*. Não há informações detalhadas quanto à forma de financiamento da TV.

Região Sul

UFRGS

A UFRGS TV²² é responsável pela criação de programas de cunho institucional, informativo/factual, científico, artístico, cultural e tecnológico relacionados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos interesses da comunidade. São 14 programas ao todo.

Para a presente pesquisa, ressaltam-se o programa *Multiponto*, que discute assuntos de relevância social a partir de diferentes linhas de pensamento e o programa *Lugar de Mulher*, que reflete sobre os desafios de ser mulher em ambientes compreendidos como tipicamente masculinos, como nas ciências exatas. O espaço também serve para o desenvolvimento profissional dos estudantes. A equipe é composta por 8 funcionários e mais de 20 estagiários.

As transmissões ficam sob responsabilidade da TV Universidade de Porto Alegre, a UNITV, canal 15. A emissora, que marca sua estreia ainda em 1998, é compartilhada com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e exibe também documentários e filmes.

UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria conta com uma televisão universitária, a TV Campus²³, transmitida pelo canal 15, a qual viabiliza maior proximidade com a comunidade através de uma programação educativa. Em sua estreia no ano de 1995, a programação era composta por uma revista semanal de uma hora de duração sobre temas variados. Já em 2016, a TV conta com uma programação diária de mais de 15 horas. Ligada à Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM, a TV Campus distribui atualmente pela sua grade um total de 24 atrações. Todavia, não há indícios de um programa voltado para a temática da diversidade.

A TV Campus também é espaço de trabalho para 9 servidores técnico-administrativos e 13 estudantes dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda,

²² Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/tv>>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

²³ Disponível em: < <http://tvcampus.ufsm.br>>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

Relações Pública e até Engenharia da Computação da UFSM. Com forte presença digital por meio de página na internet e no *Facebook*, o conteúdo produzido é disponibilizado integralmente em seu canal no *Youtube*. O princípio da TV Campus é a difusão da cultura e da informação, sem esquecer a divulgação do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Região Centro-Oeste

UFG

A TV UFG²⁴, emissora educativa e cultural, abrange toda a região metropolitana de Goiânia. Ela valoriza a produção local na medida em que abre espaço na programação para atrações de produtores independentes, como documentários, obras de ficção, videoclipes, animações e programas jornalísticos. Todavia ainda não há informações disponíveis sobre a sua data e contexto de fundação.

A equipe, um total de 30 pessoas, colabora para a concepção e exibição de 6 programas: *Conexões*, um programa jornalístico, *Enredo Cultural*, sobre dança, música, artes plásticas, circenses, teatro e cinema, *Faz o Quê?*, que abre espaço para que os profissionais das mais diversas áreas expliquem a carreira, *Meu filme na TV*, local para divulgação das produções autorais, *Se liga na UFG*, para divulgar os feitos da universidade no âmbito institucional, no ensino, pesquisa e extensão, e por fim, *Viver Ciência*, que estabelece uma ponte entre o mundo científico e a comunidade utilizando uma linguagem acessível.

A participação da coletividade vai ser incentivada por meio do *site*, onde está em construção um ambiente para sugestão de pauta e envio de conteúdos e projetos. A TV UFG inova no quesito financiamento porque abre espaço para doação, além de declarar que está apta a receber apoio cultural para si ou para seus programas - fruto da parceria com instituições pública e privadas em contrapartida à produção e/ou exibição de vinhetas publicitárias institucionais.

UnB

A UnBTV²⁵, a televisão universitária de Brasília, tem apenas 10 anos. O canal, operado pelo Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE), promove a educação e a

²⁴ Disponível em: <<http://www.tvufg.org.br>>. Acesso em: 9 de junho de 2016.

²⁵ Disponível em: <<http://www.unbtv.unb.br>>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

cultura por meios diversos. Criado em 1986²⁶, o Centro está diretamente ligado à reitoria da UnB, mas nem por isso a linha editorial da UnBTV está submetida à discricionariedade reitoral. Além da produção de vídeos e programas de televisão, também se desenvolvem e se executam projetos e pesquisas promotores da educação, cultura e arte. O sinal da UnBTV é transmitido pela operadora NET no canal 15.

Como realizações importantes do CPCE na área de TV, citamos a coprodução da série Estação Ciência, programa semanal de divulgação científica veiculado nacionalmente pela antiga TV Manchete e pela Rede Brasil, liderada pela TVE-RJ, e o programa Paidéia, veiculado por todas as redes de TV's educativas (Rede Brasil, Radiobrás e TV Cultura). Entre 1992 e 1993, produzimos o programa TV UnB, veiculado, semanalmente, em Brasília, pela TV Nacional/Radiobrás. O CPCE produziu, ainda, os programas Documentário UnB (1997/1998) e Humanidades (1999/2000) veiculados pela TV Brasília e a série Matemática (2002) para a TV Escola. (UnBTV, 2016)

Como resultado de uma instituição que se esforça para ser interdisciplinar, a UnBTV funciona como um grande laboratório para alunos e professores de inúmeros cursos, desde aqueles ligados diretamente com a produção de áudio e vídeo, como Jornalismo, Audiovisual, Publicidade e Propaganda e Comunicação Organizacional, até os mais distantes, como Biologia, Engenharia Mecânica, Economia e outros, mas que eventualmente apresentem alguma demanda no campo do audiovisual, notadamente o vídeo, a TV e o cinema.

O financiamento da UnBTV, em 2016, depende das verbas repassadas pela administração da Universidade de Brasília, que são de aproximadamente 12 mil reais por ano. Esse montante é utilizado para financiar os custos de manutenção dos equipamentos da UnBTV e também os recursos materiais do dia-a-dia, como as lâmpadas por exemplo. Os salários dos servidores ficam a cargo da folha de pagamentos da UnB, bem como as despesas de água e luz. Já a compra de equipamentos é feita por meio de licitação.

O canal universitário dispõe de uma programação de 12 horas por dia. Há uma interrupção pela noite mas o fluxo volta a funcionar a partir das 8h. A emissora conta com 11 programas em sua grade: *Agenda Política*, *Casa do Som*, *Diálogos*, *Exclusiva*,

²⁶ O Senado Federal homenageou o CPCE, que completou 30 anos, e a UnBTV, que completou 10 anos, em sessão solene realizada no dia 24 de outubro de 2016. Os senadores destacaram que o CPCE foi o embrião da TV Senado pois era o responsável por cobrir as atividades legislativas quando a Casa ainda não contava com uma emissora própria. Durante a sessão, a atual diretora da UnBTV, Neuza Meller, requereu o apoio do Senado para levar a televisão universitária a um canal digital, o que permitiria difundir os conteúdos da UnBTV também entre as pessoas que não dispõem de acesso à TV a cabo, democratizando-a.

Explique sua Tese, Lanterninha, Séries Especiais, Tirando de Letra, Vozes Diplomáticas, Fala Jovem e Zapping. Será feita a seguir uma síntese sobre cada um desses programas com base nas informações disponibilizadas pelo *site* da UnBTV e na apreciação das atrações.

O programa *Agenda Política* é uma revista semanal da UnBTV voltada para discussão de questões nacionais e internacionais no âmbito da política. Em cada edição, o professor e cientista político Ricardo Caldas e outros especialistas da UnB analisam temas, eventos e ações que devem marcar a semana em curso no campo da política.

Já no programa *Casa do Som*, o músico Dudu Maia recebe artistas para um bate-papo acompanhado por performances musicais dos mais variados estilos. Além da apresentação de seu repertório, os convidados falam sobre trajetória, influências, carreira, composições e passam informações técnicas e históricas sobre seus instrumentos.

No programa *Diálogos*, dois especialistas conversam sobre os mais variados temas de interesse público, como por exemplo mobilidade urbana, direito ao Esporte ou a importância da Ouvidoria da UnB. A atração é apresentada e conduzida por um professor da área cujo tema será discutido.

Exclusiva é um programa de entrevistas com músicos e bandas não só de Brasília, mas também nacionais e eventualmente internacionais. Não há um apresentador fixo. É um espaço para o público conhecer melhor os artistas.

A atração *Explique sua Tese* é conduzida pela apresentadora Bárbara Arato e contribui para missão de disseminar o saber ao dar voz a pesquisadores da pós-graduação. Tal a importância do desempenho da UnBTV para a comunicação universitária.

O programa *Lanterninha* tem o objetivo de mostrar o trabalho desenvolvido pelos cineastas entrevistados. Os autores das obras têm a oportunidade de falar mais sobre suas produções e também sobre a própria biografia. O programa *Tirando de Letra* também opera no sentido de trazer a vida e a obra de autores contemporâneos para perto do telespectador.

Séries Especiais é um programa voltado para a veiculação de temas ligados à cultura, como dança, cinema e música, mas também saúde, alimentação e educação. São grandes reportagens sobre temas de interesse da sociedade.

Já no programa *Vozes Diplomáticas*, o apresentador Argemiro Procópio, Doutor em Relações Internacionais, conversa com embaixadores e representantes de instituições internacionais sobre as relações entre esses países e o Brasil e sobre os projetos aqui desenvolvidos pela delegação.

O *Fala Jovem* é o espaço dado para que estudantes se pronunciem, emitam suas opiniões e reflexões sobre temas polêmicos, como por exemplo quando a expressão “Bela, recatada e do lar” ficou nacionalmente famosa por causa de um perfil²⁷ que levava esse título, dando a entender que essas são as características associadas ao papel ideal a ser desempenhado por uma mulher. O fato gerou indignação entre alunas e alunos.

Por fim o *Zapping*, uma atração de teor jornalístico. Por intermédio dele vão ar reportagens factuais a respeito de ocorrências importantes para a comunidade da Universidade de Brasília. Não há apresentadores ancorando as matérias, que duram em média 3 minutos.

No entanto, não há na grade da UnBTV qualquer atração que trate especificamente da diversidade. Existem algumas janelas na programação da emissora. De uma forma geral, para preenchê-las, são exibidos projetos experimentais de jornalismo e audiovisual, apresentações musicais, palestras e eventos protagonizados por personalidades ilustres que visitam a UnB, como a Presidente Dilma Rousseff²⁸ ou o Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa²⁹. Os programas são disponibilizados integralmente no canal da UnBTV no *Youtube*.³⁰

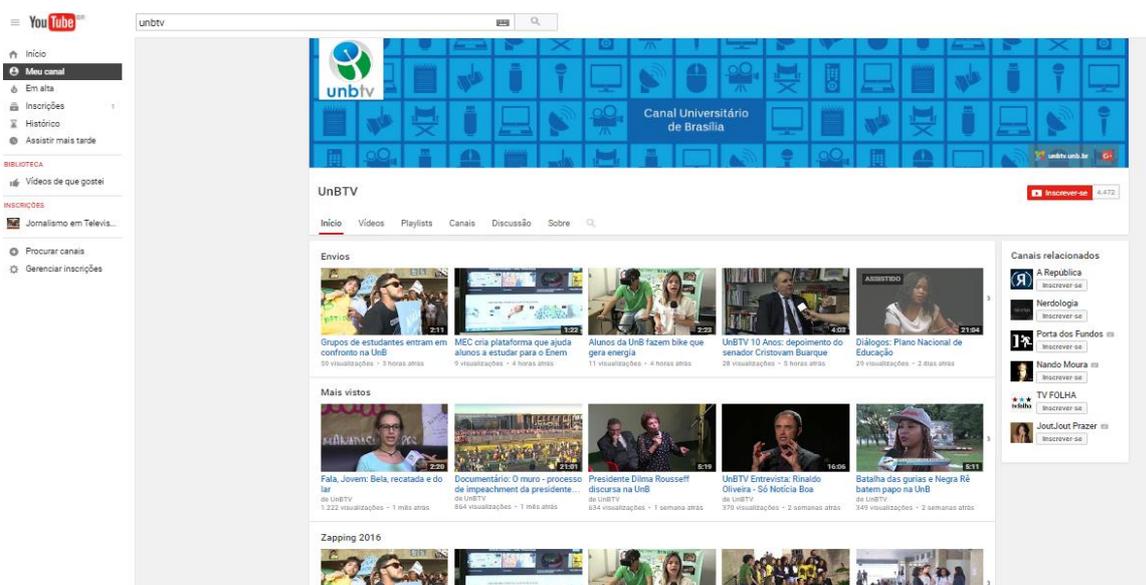
²⁷ Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em 12 de junho de 2016.

²⁸ A Presidente Dilma Rousseff foi convidada de honra para o lançamento do livro “A Resistência ao Golpe de 2016”, ocorrido no dia 30 de maio na UnB. O evento foi organizado por professores da instituição, os quais manifestaram apoio à Dilma no momento em que vivia o afastamento do cargo em decorrência do processo de *impeachment*.

²⁹ O então Presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Joaquim Barbosa, ex-aluno da UnB, esteve na Universidade quando foi convidado para participar da Aula Magna de abertura do semestre letivo no início de 2013. O evento foi realizado no Centro Comunitário Athos Bulcão e contou com um público recorde: 2,3 mil pessoas.

³⁰ Disponível em: < <https://www.youtube.com/user/unbtv>>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

Figura 2 - UnBTV disponibiliza integralmente suas produções na internet



Fonte: imagem elaborada pelo autor

O colaborador da UnBTV, Maurício Neves, servidor que ocupa o cargo de técnico em audiovisual, explicou em entrevista realizada no dia 11 de abril de 2016 que o CPCE funcionava como uma produtora de vídeos, os quais ele classificou como “importantes para a história de Brasília”. Entre eles, destaca-se *Invasores ou Excluídos?*³¹, um filme que inclusive já foi tema de questão na prova do Programa de Avaliação Seriada (PAS)³².

Segundo Neves, que está há 8 anos na UnBTV, grande parte dos vídeos era produzida com viés educativo, mas também havia o viés do entretenimento; o CPCE já gravou alguns clipes musicais, por exemplo. O Centro também contou, ainda no século passado, com a parceria de integrantes como o diretor de cinema José Eduardo Belmonte e o cineasta René Sampaio, à época estudantes, ambos formados pela UnB.

Em 2006, quando Armando Bulcão³³ fundou a UnBTV, ela não chegou a ser instituída legalmente. “Ela existia de fato, mas não de direito”, de acordo com Neves.

³¹ O filme se ocupa dos dilemas que surgiram com a fundação das cidades satélites dentro e fora do Distrito Federal. Produzido no final da década de 1980, ele contextualiza a origem dos assentamentos, o resultado da expulsão da população que ajudou a construir Brasília. Majoritariamente nordestina, a multidão foi levada à força do centro da capital federal para o entorno.

³² O PAS é um programa criado pela UnB em 1996 para ser um método avaliativo alternativo ao tradicional vestibular, trata-se de um mecanismo para ingresso na graduação da Universidade de Brasília. A avaliação é dividida em três etapas, sendo que cada uma delas acontece uma única vez ao final do ano letivo. Somente alunos do Ensino Médio podem se inscrever no programa.

³³ Doutor em Comunicação Audiovisual e Publicidade pela Universidade Autônoma de Barcelona e Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, além de pesquisador e professor, Armando Bulcão é

Entre outras consequências, esse impasse, que só foi solucionado em 2015, impedia a UnBTV de participar de editais públicos de apoio à cultura. Uma vez que o canal foi oficializado, há uma movimentação no sentido de levar a UnBTV para a televisão aberta, posto que apenas os assinantes da operadora NET podem apreciar a programação que vai ao ar pela televisão universitária. O maior público, porém, está no *Youtube*³⁴. Neves acredita que pela internet é possível facultar ao internauta o quê assistir e quando assistir, dando mais margem para o público decidir o que lhe interessa acompanhar. A UnBTV também dispõe de uma página no *Facebook*.³⁵

A equipe era composta basicamente por estagiários durante os primeiros anos da televisão universitária. Com efeito, naturalmente a organização ficou com algumas lacunas, especialmente no que se refere à produção de documentos escritos, como manuais, organogramas, planos de negócios etc., deficiências que estão sendo reparadas pouco a pouco. No intuito de dotar a organização com algum planejamento estratégico, uma parceria entre a UnBTV e alunos voluntários do curso de Administração da UnB propiciou à produtora e emissora o delineamento de uma missão e uma visão, quais sejam: “divulgar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão da Universidade de Brasília, difundir o conhecimento e a cultura e contribuir para a formação de profissionais em audiovisual por meio de nossas produções” e “ser referência de TV universitária, reconhecida por sua excelência audiovisual na difusão, formação e pesquisa e por sua credibilidade como fonte de informação”, respectivamente. Há um quadro afixado com essas informações logo na entrada dos estabelecimentos da UnBTV. A parceria também rendeu à instituição a esquematização de alguns processos internos e a declaração de objetivos específicos para cada setor.

O estafe, que se divide em dois turnos ao longo do dia, é de pouco menos de 60 pessoas, sendo quase a metade composta por estagiários e a outra metade por servidores de diversas áreas. Segundo Neves, devido ao desfalque no quadro de pessoal, é recorrente que alguns funcionários também se dediquem a outras funções para as quais não estão especializados, mas que são imprescindíveis para o bom funcionamento da UnBTV.

responsável pela idealização e concepção da UnBTV, cuja direção ficou sob seu domínio nos cinco primeiros anos.

³⁴ O canal no *Youtube*, inaugurado em 2007, conta com quase 1 milhão de visualizações e cerca de 5 mil inscritos. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/unbtv>>. Acesso em: 6 de setembro de 2016.

³⁵ A página no *Facebook* conta, no presente momento, com aproximadamente 5 mil curtidas. Disponível em: <<https://www.facebook.com/UnBTV/?fref=ts>>. Acesso em: 6 de setembro de 2016.

Ao longo dos 10 anos de existência da UnBTV foram produzidas 6 mil horas de programação, o equivalente a 250 dias ininterruptos de conteúdo. De acordo com Neves, “em matéria de volume, produzimos muito, mas no quesito qualidade, temos altos e baixos”. O colaborador argumenta que a programação sai do ar à noite e no fim de semana por falta de uma equipe que fique de plantão nesses horários.

Por mais que a estrutura física da UnBTV enfrente problemas³⁶ como infiltração e goteira, Maurício Neves considera que a localização da televisão, assentada no subsolo do ICC Norte³⁷, é privilegiada pois está próxima ao local onde os fatos, ou melhor, as pautas acontecem.

³⁶ Vale ressaltar que a UnBTV e outros estabelecimentos da universidade foram duramente atingidos por uma inundação em abril de 2011. Segundo Maurício Neves, a água afetou principalmente a secretaria, ocasionando o comprometimento de algumas autorizações e documentos. Contudo, os equipamentos não foram gravemente danificados. Como consequência, a UnBTV teve de migrar temporariamente para uma região mais afastada no *campus* e a produção foi reduzida. O canal ficou quase 9 meses fora do ar.

³⁷ A televisão fica situada no *campus* Darcy Ribeiro, ICC Ala Norte, Bloco C, Módulo 22, Subsolo – Asa Norte, Brasília (DF). Telefone: 3107-6695.

5.2 A violência contra a mulher e o feminicídio como objetos do Interesse Público

Será exposto a seguir um breve panorama sobre a violência contra a mulher e o feminicídio no Brasil. Não se pretende aqui esgotar um assunto dessa magnitude devido à sua extensão e complexidade. Adiante, o intuito é caracterizar o problema e salientar as consequências de um comportamento que pressupõe a inferioridade feminina e a exaltação masculina. A cultura de menosprezo à mulher pela sua condição de mulher se revela na sociedade brasileira em todas as classes, em todas as regiões e em todos os grupos étnicos, inclusive dentro de ambientes como as universidades, como será apresentado a seguir.

O objetivo é demonstrar por que a violência contra a mulher é o assunto do piloto do Diversidade em Debate e refletir acerca da definição de feminicídio, dos seus contornos no caso brasileiro e dos casos particulares recentes dentro da Universidade de Brasília. O problema é tão grave que a UnB institucionalizou o enfrentamento à violência e a luta contra o preconceito, como também será apresentado a seguir.

A situação chama atenção uma vez que o feminicídio, evitável, tem efeitos indiretos para as crianças, para as famílias, para o Estado³⁸ e para a sociedade em geral. A premissa doravante é de que o direito à vida é um bem fundamental, sem o qual nenhum outro é possível.

5.2.1 O feminicídio e a morte de mulheres no Brasil

O feminicídio é o ato de maior violência contra a mulher. Ele é mais uma forma de atentado à vida e figura no extremo de um espectro que tem seu início marcado por outras agressões às mulheres, verbais, morais, psicológicas, muitas vezes constantes, mas que nem sempre são identificadas como atos de violência, pois são tidas como ‘brandas’. Tais agressões têm sua origem no sexismo³⁹, no machismo⁴⁰, na misoginia⁴¹ e na suposição da superioridade masculina.

³⁸ A Professora Lourdes Bandeira, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem), ligado ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, apontou em aula pública proferida na UnB, dia 25 de abril de 2016, que se aloca cerca de 8 a 10% do PIB nacional para financiar os custos envolvendo os serviços de Saúde, Segurança Pública e Justiça decorrentes da violência contra mulher.

³⁹ Sexismo é a discriminação com base em critérios sexuais.

⁴⁰ Machismo é, simplificada, a ideologia segundo a qual o homem é superior à mulher.

⁴¹ Misoginia é a aversão patológica à mulher.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, coordenado pela Técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto, Leila Posenato Garcia, foi apresentado em 2013 na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados e assim define o feminicídio:

A expressão máxima da violência contra a mulher é o óbito. As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados feminicídios ou femicídios. Estes crimes são geralmente perpetrados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. (IPEA, 2013, p.1)

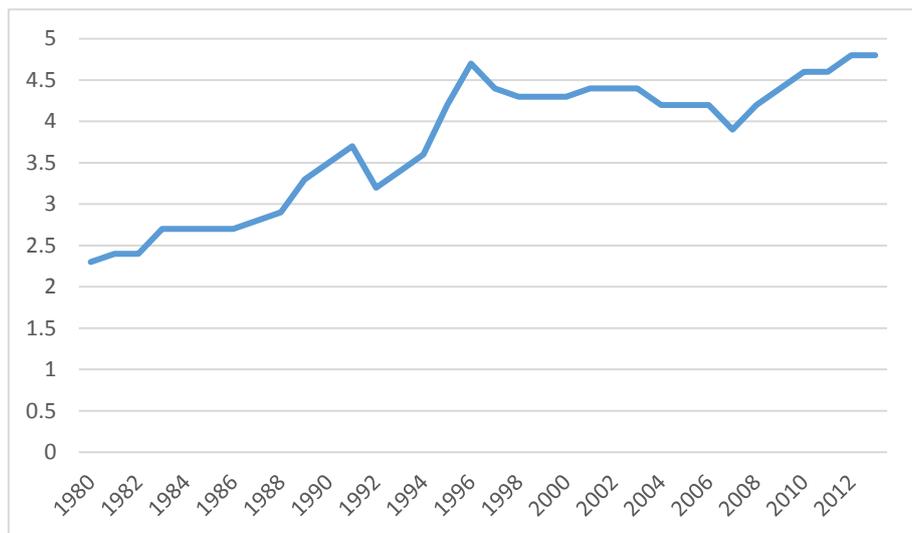
O feminicídio é um homicídio mas carrega um nome próprio exatamente por causa da especificidade ligadas a esta forma de violência. Trata-se de um problema histórico, persistente, frequente em quase todas as sociedades ocidentais, fortemente enraizado na dominação patriarcal que impera na América Latina e, em especial, no Brasil. A violência contra a mulher em si é um fato antigo. A novidade é a recente preocupação com o combate dessa violência para o progresso da humanidade.

E mais novo ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores. (WAISELFISZ, 2015, p.7)

Dados do levantamento "Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil", do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), mostram que o número de homicídios de mulheres nas últimas três décadas mais do que dobrou. Pelos registros do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), criado na década de 1970, pelo Ministério da Saúde, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio, entre 1980 e 2013.

No início da série histórica, o número de vítimas era de 1.353 mulheres. Em 2013, era de 4.762, um aumento de 252%. A taxa de vítimas, que em 1980 era de 2,3 por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%.

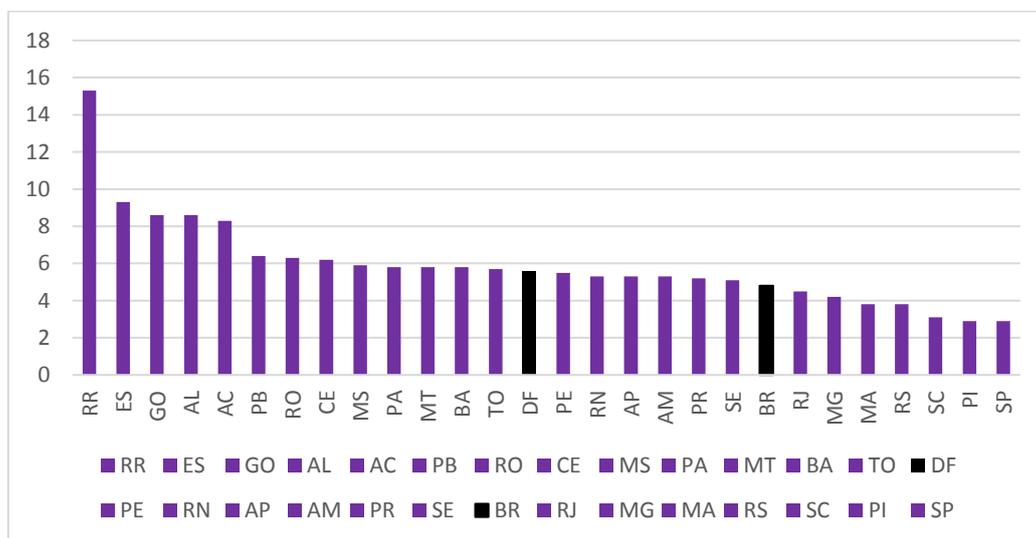
Gráfico 2 – Evolução das taxas de homicídio de mulheres no Brasil entre os anos 1980 e 2013 (por 100 mil)



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil.

Estima-se que, em média, 3.215 mulheres morreram a cada ano ao longo desses 33 anos. São aproximadamente 9 mulheres por dia, ao menos 1 foi assassinada a cada três horas. Se considerados os números apenas de 2013, 13 mulheres foram mortas por dia.

Gráfico 3 – Ordenamento das Unidades Federativas segundo as taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) no Brasil em 2013

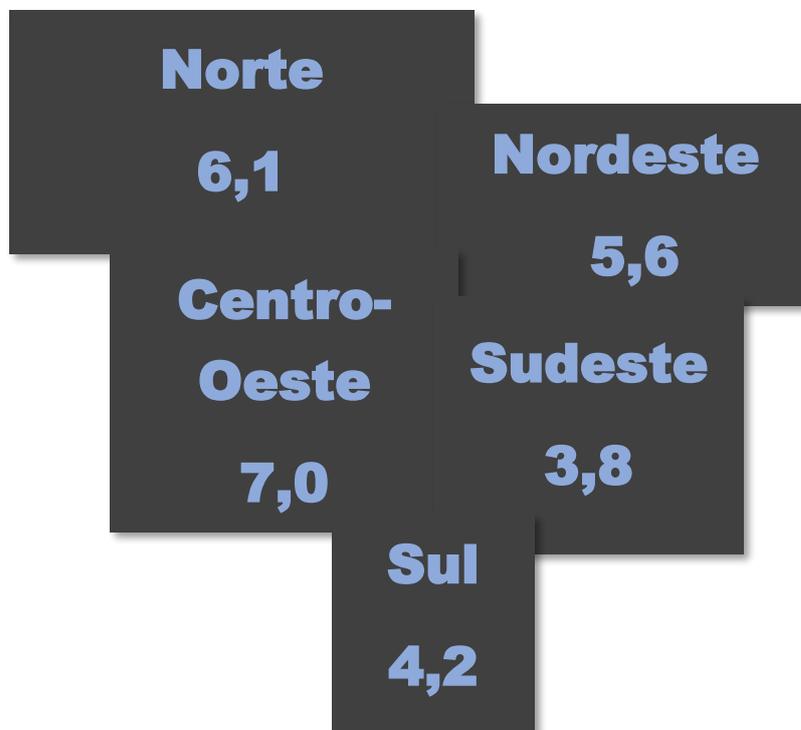


Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil.

Com efeito, os dados do levantamento feito em 2015 enfatizam que é o Centro-Oeste a região que concentra o pior índice do país, talvez puxado pelo índice particular

do estado de Goiás, o terceiro no ordenamento acima. Seguem abaixo as taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil), em 2013, por região:

Figura 2 – Taxa de homicídios de mulheres (por 100 mil), por região, em 2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil. Imagem elaborada pelo autor.

Contudo, ainda de acordo com o Mapa, São Paulo, o estado mais populoso do país, foi aquele que registrou mais mortes em 2013 em números absolutos: 620, seguido por Minas Gerais (427), Bahia (421), Rio de Janeiro (386) e Paraná (283). No Centro-Oeste, Goiás registra os piores números absolutos, 271. No Norte, o Pará aparece com 230 assassinatos em 2013.

O relatório argumenta que é difícil definir uma tendência nacional, visto que os dados variam muito por município, por estado e por região a cada ano. O documento defende que as oscilações dependem de circunstâncias locais, que inclusive merecem estudos e análises mais acuradas. Em termos de *ranking* global, o Brasil se destaca pela alta taxa de mortes:

Tabela 1 – Ranking dos vinte países no mundo com as piores taxas de homicídios de mulheres (por 100 mil)

| País | Posição | Taxa | Ano |
|------------------|-----------|------------|-------------|
| El Salvador | 1º | 8,9 | 2012 |
| Colômbia | 2º | 6,3 | 2011 |
| Guatemala | 3º | 6,2 | 2012 |
| Federação Russa | 4º | 5,3 | 2011 |
| Brasil | 5º | 4,8 | 2013 |
| México | 6º | 4,4 | 2012 |
| Rep. Da Moldávia | 7º | 3,3 | 2013 |
| Suriname | 8º | 3,2 | 2012 |
| Letônia | 9º | 3,1 | 2012 |
| Porto Rico | 10º | 2,9 | 2010 |
| Ucrânia | 11º | 2,8 | 2012 |
| Belarus | 12º | 2,6 | 2011 |
| Estônia | 13º | 2,5 | 2012 |
| Cuba | 14º | 2,5 | 2012 |
| Maurícia | 15º | 2,4 | 2013 |
| Panamá | 16º | 2,4 | 2012 |
| Lituânia | 17º | 2,3 | 2012 |
| África do Sul | 18º | 2,2 | 2013 |
| Estados Unidos | 19º | 2,2 | 2010 |
| Uruguai | 20º | 2 | 2010 |

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil.

O nosso país apresenta o índice de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres e ocupa a quinta posição em um grupo de 83 países⁴². Esse dado nos coloca atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Fica patente que muitas das taxas locais excedem, em muito, as encontradas na maior parte dos países ao redor do globo.

O significado dessas magnitudes, pouco percebido e muitas vezes ignorado, pode ser melhor apreendido ao comparar nossa situação com a de outros países do mundo. [...] Mas, em relação a países tidos como civilizados, nós temos: a) 48 vezes mais

⁴² A lista completa disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>.

homicídios de mulheres que o Reino Unido; b) 24 vezes mais homicídios de mulheres que Irlanda ou Dinamarca; c) 16 vezes mais homicídios de mulheres que Japão ou Escócia. (WAISELFISZ, 2015, p. 72)

Ambos os estudos, tanto do IEPA como da Flacso, focados estritamente nos óbitos, apontam para a dificuldade de se coletar dados acerca da mortalidade de mulheres no Brasil.

A obtenção de informações acuradas sobre feminicídios é um desafio, pois, na maioria dos países, os sistemas de informação sobre mortalidade não documentam a relação entre vítima e perpetrador, ou os motivos do homicídio. Por isso, foi feita recomendação para a inclusão de um campo na declaração de óbito (DO), visando a permitir a identificação dos óbitos de mulheres decorrentes de situações de violência doméstica, familiar ou sexual e o monitoramento destes eventos. (IPEA, 2013, p.4)

Segundo o levantamento realizado para compor o Mapa da Violência de 2015, delimitar conceitualmente as categorias de análise é relativamente simples diante da tarefa de se apoiar em dados confiáveis para análise da questão:

Um dos maiores desafios para a realização desses relatórios é a falta de informações oficiais sobre essas mortes. As estatísticas da polícia e do Judiciário não trazem, na maior parte das vezes, informações sobre o sexo das vítimas, o que torna difícil isolar as mortes de mulheres no conjunto de homicídios que ocorrem em cada localidade. Além disso, na maior parte dos países não existem sistemas de informações judiciais que permitam conhecer quantos processos judiciais envolvendo crimes contra mulheres chegam a julgamento e quais as decisões obtidas. (PASINATO, 2011, apud WAISELFISZ, 2015, p.8)

Nesse mesmo sentido, uma declaração na pesquisa realizada pelo IPEA corrobora para a concretização da ideia de que faltam dados em quantidade e qualidade para melhor compreensão do problema no país e o conseqüente aprofundamento do diagnóstico:

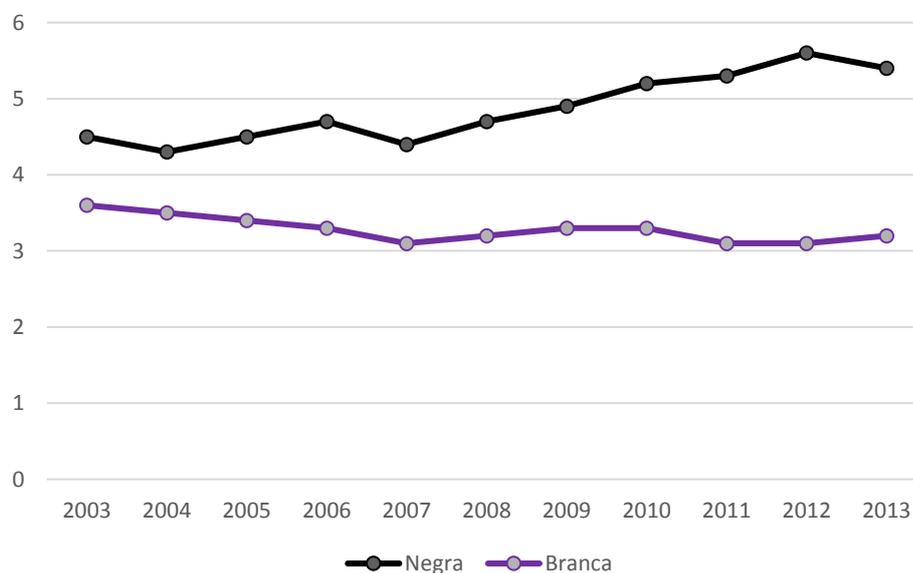
São reconhecidas as diferenças na qualidade da informação do registro de mortalidade entre as regiões do país. Deficiências na cobertura e qualidade do sistema podem explicar a observação de que alguns estados localizados nas regiões Nordeste e Norte, como Piauí, Maranhão e Amazonas, apresentaram taxas inferiores aos demais estados destas regiões. (IPEA, 2013, p.4)

O agressor é, em geral, segundo o levantamento de 2015, um familiar ou um parceiro. Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, 1.583 (33,2% dos casos) foram mortas pelo cônjuge e namorado (ou ex). Por outro lado, 2.394 (50,3% dos casos) mulheres tiveram suas vidas tiradas por familiares, pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãos, filhos etc.

Aqui é imperioso apontar que o poder pátrio, compreendido como o controle parental sobre membros da própria família, tem um papel de destaque na nossa sociedade. Segundo Bandeira (2016), “o que as coloca a todas em potencial risco é o fato de que, no repertório simbólico, social e cultural, há a presunção de que o gênero masculino possa invocar a pseudolegitimidade do poder pátrio [...] e exigir obediência”. (BANDEIRA, 2016, comunicação oral⁴³).

A maior parte das vítimas, de acordo com o Mapa da Violência, são mulheres negras e jovens; é na faixa entre os 15 e os 35 anos onde se encontra o maior número de mortes. Outro dado indica que a proporção de negras vítimas do feminicídio é maior do que de brancas vítimas da mesma violência, sendo que a tendência é de que esta diminua e aquela aumente. Segundo o estudo, entre 2003 e 2013, as taxas de homicídio de brancas “caem de 3,6 para 3,2 por 100 mil, queda de 11,9%; enquanto as taxas entre as mulheres e meninas negras crescem de 4,5 para 5,4 por 100 mil, aumento de 19,5%”. (WAISELFISZ, 2015, p.73).

Gráfico 4 – Evolução das taxas de homicídio de mulheres negras e brancas (por 100 mil) entre 2003 e 2013 no Brasil.



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil.

⁴³ O trecho destacado foi proferido pela professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Lourdes Bandeira, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem), na aula pública sobre violência contra a mulher, ocorrida dia 25 de abril de 2016, o “Dia Laranja”, promovido pelo DIV, relativo ao mês de abril. A aula aconteceu no Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da UnB, conhecido como “Maloca”.

Apesar da representação acima, não se pode concluir, contudo, que há uma tendência na queda da taxa no caso das mulheres negras. Segundo o estudo, ela só se configuraria a partir do terceiro registro na mesma direção. Ademais, acredita-se que não se deve perder do horizonte a ideia da “onipresença” característica da violência contra a mulher. Trata-se de uma crueldade que hostilmente cerceia a liberdade delas. Idade, classe, cor, nível de escolaridade, religião e outros recortes sociais não atuam de modo a constituir uma regra em nenhum canto do país. Todas são possíveis vítimas.

Os assédios têm causas distintas, podem ocorrer por ciúmes, disputas ‘amorosas’, acusação à mulher de infidelidade ou de provocação. Durante a aula pública do dia 25 de abril de 2016, o “Dia Laranja” relativo aquele mês, promovido pelo DIV, a professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Lourdes Bandeira, que também é coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem), salientou que tais demonstrações de controle do homem sobre a mulher muitas vezes são decorrentes da ruptura da relação entre o casal, sobretudo quando proposta pela mulher. O domínio dele sobre ela também é atestado pelo uso da força física, pelo controle nas relações íntimas, pela pressão psicológica, pelas disputas no trabalho, no estudo, na escolha quanto ao curso, na posição de destaque (ou não) e também na exigência de uma certa exibição estética, como por exemplo, a obrigação de usar determinada roupa ou a proibição de colocar determinada maquiagem.

Quanto aos meios utilizados na agressão, nota-se que, de acordo com o Mapa da Violência, o principal meio/instrumento utilizado contra mulheres nos casos levantados é a arma de fogo. Ainda que no caso da violência contra os homens também seja esse o principal instrumento, inclusive sua participação é 24,4% maior que no caso delas, outras formas como estrangulamento/sufocamento e a utilização de objetos penetrantes/cortantes, como as facas, têm aumento significativo nas agressões contra mulheres.

Segundo o Mapa, mas evitando generalizações, a forma empregada para efetivação da agressão pode ser um indicativo de que esses crimes contra as mulheres têm motivações mais fúteis ou banais, levando a crer que são cometidos por agressores impetuosos, sensíveis à vivacidade das emoções na situação, ao contrário dos crimes propositados.

Apesar de não ser totalmente correto, concebe-se que o grau de premeditação do homicídio é indicado pelo meio ou pela forma com que foi perpetrada a agressão. [...]

nos homicídios masculinos prepondera largamente a utilização de arma de fogo (73,2% dos casos), nos femininos essa incidência é bem menor: 48,8%, com o concomitante aumento de estrangulamento/sufocação, cortante/penetrante e objeto contundente, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais. (WAISELFISZ, 2015, p.39)

Tabela 2 – Instrumentos utilizados nas agressões

| Meio utilizado | Casos femininos (%) | Casos masculinos (%) |
|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Estrangulamento/sufocação | 6,1 | 1,1 |
| Arma de Fogo | 48,8 | 73,2 |
| Cortante/Penetrante | 25,3 | 14,9 |
| Objeto Contundente | 8 | 5,1 |
| Outros | 11,8 | 5,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil.

Por fim, o feminicídio no Brasil apresenta alta domesticidade, conforme apontam os dados levantados. Entre as mulheres, 27,1% dos casos de homicídio aconteceram em casa, contra 10,1% no caso dos homens.

Tabela 3 – Local das agressões

| Local | Casos femininos (%) | Casos masculinos (%) |
|--------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Estabelecimento de saúde | 25,2 | 26,1 |
| Domicílio | 27,1 | 10,1 |
| Via pública | 31,2 | 48,2 |
| Outros | 15,7 | 15,0 |
| Ignorado | 0,8 | 0,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil.

5.2.2 Dispositivos Legais

Nesse contexto, o Congresso Nacional aprovou em 2006 a Lei Maria da Penha e, mais recentemente, a Lei do Feminicídio, em 2015. Serão feitas adiante algumas considerações sobre esses dispositivos legais.

5.2.2.1 Lei Maria da Penha

No início da década de 1980, o marido de Maria da Penha Maia Fernandes tentou assassiná-la por duas vezes e, como consequência, ela ficou paraplégica. Na primeira, ele simulou um assalto com arma de fogo. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Por mais de 20 anos, com o apoio de grupos de mulheres por todo o país, Maria da Penha persistiu na luta para que a justiça condenasse o seu agressor, o economista colombiano Marco Antonio Heredia Viveros. O caso⁴⁴ se tornou um exemplo e deu nome à Lei nº 11.340/2006.

Trata-se da primeira legislação brasileira que obriga o Estado, o Poder Público e a sociedade a proteger a mulher, e somente ela, contra a violência doméstica e familiar e punir os agressores. Segundo o código, “configura violência doméstica e familiar qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. (BRASIL, 2006). Violência doméstica contra a mulher é crime.

O *caput* da Lei nos mostra os objetivos à época de sua implantação:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006)

Logo no início, o texto indica que todas as mulheres, independentemente da classe, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, têm assegurados os direitos fundamentais inerentes ao ser humano. Sendo assim, lhes devem

⁴⁴ Os detalhes e a cronologia do caso estão disponíveis em: <[http://istoe.com.br/121068_A+MARIA+DA+PENHA+ME+TRANSFORMOU+NUM+MONSTRO+/\[/\]\(#\)](http://istoe.com.br/121068_A+MARIA+DA+PENHA+ME+TRANSFORMOU+NUM+MONSTRO+/)>. Acesso em: 11 de maio de 2016.

ser propiciadas oportunidades e facilidades para viver sem violência, para preservar a saúde física e mental, além do aperfeiçoamento moral, intelectual e social, corroborando para o fortalecimento de uma cultura de paz.

A violência compreendida pela Lei é aquela praticada no âmbito da unidade doméstica, seja na casa, em uma república ou pensão. Aqui a casa é entendida como o “espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas”. (BRASIL, 2006)

Além da unidade doméstica, o âmbito da família, que, neste caso, se constitui a partir das relações entre indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, pela afinidade ou pelo casamento, mesmo não morando na mesma casa, também é compreendido pela Lei Maria da Penha – desde que a vítima seja uma mulher. Por fim, é também abarcada qualquer relação íntima de afeto, mesmo o namoro entre casais homossexuais femininos e heterossexuais. Ex-maridos/esposas, ex-namorados/namoradas também podem ser alvos da Lei caso ameacem, agridam ou persigam a mulher.

Ela não criou crimes novos, mas proibiu a justiça de conceder alguns benefícios ao agressor como a substituição da pena por pagamento de cestas básicas. O dispositivo traz inovações quanto aos tipos de violência: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial.

De acordo com a cartilha “Viver sem violência é direito de toda mulher”, distribuída pelo Governo Federal por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e com o artigo sétimo da Lei Maria da Penha, a violência física é entendida como qualquer ação ou conduta que acometa a integridade física ou a saúde corporal. Bater, espancar, empurrar, atirar objetos, sacudir, morder, puxar cabelos, estrangular, chutar, torcer, queimar, cortar, furar, mutilar ou torturar são alguns dos exemplos.

Segundo a Lei, a violência também pode ser de ordem psicológica, entendida como qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição da autoestima, humilhação, manipulação, isolamento, insulto, chantagem ou ridicularização. Ameaçar, intimidar, amedrontar, desvalorizar atos, desconsiderar a opinião ou decisão da mulher, debochar publicamente, diminuir a autoestima, tirar a liberdade de ação controlando seus atos, tentar fazer a mulher achar que está ficando desvairada, usar os filhos para

chantagem ou isolar a mulher de amigos e parentes são alguns exemplos de violência psicológica.

Ainda de acordo com o texto legal, a violência de ordem moral se constitui a partir da calúnia, da difamação e da injúria. Fazer comentários ofensivos na frente de estranhos ou conhecidos, expor a vida íntima do casal para outras pessoas (inclusive nas redes sociais), acusar publicamente a mulher de cometer crimes, inventar histórias/detrair/falar mal da mulher para os outros com o intuito de diminuí-la perante amigos e parentes são alguns dos exemplos. A violência contra a mulher nem sempre deixa marcas ou sinais visíveis. Todas essas formas de violência são graves e devem ser enfrentadas.

Já a violência sexual é compreendida pela Lei Maria da Penha como a obrigação imposta a mulher de presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou mesmo o uso da força. É também aquela que obriga a mulher a se prostituir, a engravidar, a se casar, a abortar ou que a impeça de utilizar qualquer método contraceptivo. Por fim, é caracterizada como aquela que limita ou anula o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Por fim, caracterizam-se como violência patrimonial os atos de controlar, reter ou tirar dinheiro da mulher, causar danos de propósito aos objetos dela, destruir, reter objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos.

Com a Lei Maria da Penha, o juiz passou a ter poderes para conceder as “Medidas Protetivas de Urgência”, utilizadas para proteger a mulher que está sofrendo violência. Elas são aplicadas quando o juiz concorda com a demanda feita pela mulher. Algumas medidas são direcionadas para o agressor, como afastamento do lar, proibição de se aproximar da vítima, proibição de frequentar determinados lugares, suspensão do porte de armas, restrição ou suspensão de visitas do agressor aos dependentes e até prisão preventiva, se houver necessidade. Outras medidas são voltadas para a vítima, como o encaminhamento para o programa de proteção ou atendimento.

É comum que a mulher dependa economicamente da pessoa que a agride. Nesses casos, o juiz pode determinar, como medida protetiva, que o agressor pague pensão alimentícia para a mulher e/ou filhos (as).

A letra da Lei garante às vítimas da violência doméstica e familiar desprovidas de boas condições financeiras, socialmente vulneráveis, sua inclusão em programas de

assistência social promovidos pelo governo, atendimento médico e acesso aos serviços de promoção da capacitação e qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. Caso necessário, se ela já tem um emprego, pode se afastar da sua atividade por até 6 meses sem ser demitida.

Salienta-se que as vítimas ou pessoas que a conheçam devem pedir ajuda e denunciar os agressores – isso é crucial para o combate à violência. Quando a agressão estiver ocorrendo, quem escuta os pedidos de socorro de uma mulher consegue chamar a polícia pelo 190 e o agressor poderá ser preso em flagrante, ou a autoridade policial pode solicitar ao juiz a declaração de prisão preventiva. Essa iniciativa é importante porque muitas vezes incentiva a mulher a tomar uma atitude para romper com o ciclo da violência, constatando que se sente apoiada.

Uma vez que a denúncia é feita na delegacia, a autoridade policial vai registrar o relato na forma de um Boletim de Ocorrência (BO). Nesse ponto é fundamental descrever os detalhes da agressão, as ameaças, os instrumentos utilizados, a frequência etc. É recomendável indicar testemunhas. A delegacia vai iniciar um inquérito policial e depois encaminhar a investigação para um promotor de justiça. Se a mulher pedir uma medida protetiva na delegacia, a polícia deve encaminhar o pedido ao juiz em até 48 horas. Ela não precisa estar acompanhada de advogado/a para tanto. Ela também pode fazê-lo na promotoria de justiça, ou na Defensoria Pública que, por sua vez, deve acompanhar a mulher na fase policial e judicial, em todos os atos processuais.

O Governo de Brasília possui uma rede de amparo e apoio à mulher e à família, basta ligar ou procurar um dos órgãos responsáveis. A denúncia da violência pode ser feita, de preferência, na Delegacia da Mulher (DEAM)⁴⁵ ou na delegacia comum mais próxima. Caso a vítima esteja insegura quanto à denúncia policial, ela pode procurar serviços de orientação, como os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM) ou de Assistência Social⁴⁶. Os CEAMs⁴⁷ oferecem apoio psicológico, social e

⁴⁵ A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) é uma unidade da Polícia Civil responsável por ações de proteção, prevenção e investigação dos crimes de violência doméstica e sexual. Endereço: EQS 204/205 Sul, Asa Sul. Telefone: 61 3207 6195.

⁴⁶ O Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) oferecem ajuda psicológica e social.

⁴⁷ Ceam 102 Sul – Estação de Metrô da 102 sul, Asa Sul, Plano Piloto, telefone: 61 3323 8676.

Ceam Ceilândia – QNM 2, conjunto F lotes 1/3, Ceilândia Centro, telefone: 61 3372 1661.

Ceam Planaltina – Jardim Roriz, Área Especial, entrequadras 1 e 2, centro de Planaltina, telefone: 61 3389 0841.

jurídico. Eles proporcionam o acolhimento necessário à superação da situação de violência, contribuindo para o empoderamento da mulher e o resgate de sua cidadania. Deve-se buscar informações a respeito da oferta desses serviços no número de telefone **180 - a Central de Atendimento à Mulher**, serviço do governo federal, gratuito, disponível 24h por dia todos os dias do ano. Esse número também atende denúncias anônimas. Se a situação for urgente, o número é o 190 para pedir apoio policial.

Mulheres vítimas de violência doméstica podem recorrer aos serviços de abrigo, locais em que ficará por um tempo com seus filhos/as. Segundo o *site*⁴⁸ da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, um dos exemplos é a Casa da Mulher Brasileira (CMB), uma inovação no atendimento às mulheres. Ela facilita o acesso aos serviços especializados para garantir condições de enfrentamento da violência, o empoderamento da mulher, e sua autonomia econômica. A página informa ainda que a CMB⁴⁹ reúne serviços diversos para atender às mulheres, como apoio psicossocial, acolhimento e serviços de saúde, os quais atendem vítimas de violência sexual, além de reunir, em um mesmo espaço, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública e delegacia. Ainda segundo o site, a CMB também conta com brinquedoteca, alojamento de passagem e uma central de transportes.

Como exemplo de mais um esforço do Estado para escudar a mulher, a Casa Abrigo é um espaço de proteção de vítimas de violência doméstica e sexual, em risco de morte, e de seus filhos – meninas de todas as idades e meninos até 12 anos. O endereço da Casa Abrigo é mantido em sigilo por motivos de segurança. O acesso se dá somente por encaminhamentos originários na DEAM, na CMB e nas demais delegacias ou por ordem judicial.

Em tempo, os Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) recebem os agressores e também os familiares envolvidos e tem o objetivo de escutar terapeuticamente as mulheres e dependentes. Quanto aos autores, busca invocar a responsabilidade pela violência em contexto reflexivo que favoreça a construção de alternativas não violentas para a resolução de problemas familiares. O acesso ao serviço ocorre por encaminhamento judicial. Ao todo, são 9 núcleos espalhados pelo Distrito Federal.

⁴⁸ Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: 11 de maio de 2016.

⁴⁹ O endereço da Casa da Mulher Brasileira (CMB) de Brasília é Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN 601, lote J, Asa Norte, Brasília – DF (atrás do SERPRO). Telefone: 61 3225 4260/2429 ou 3224 6508 ou 3226 9324.

Por fim, também as mulheres da zona rural são contempladas com apoio Estatal. As Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo e do Cerrado em Situação de Violência⁵⁰ promovem ações junto às comunidades rurais previamente definidas pelo Fórum Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado, composto por membros representantes do governo e dos movimentos sociais ligados às mulheres do campo. É um serviço itinerante de acolhimento psicossocial e de orientações jurídicas. As ações contam com parceiros prestadores de serviços, tais como: oficina de artesanato, pintura, orientação para alimentação saudável, benefícios sociais, atenção à saúde, distribuição de livros e palestras de temas diversos.

Além dessas instituições públicas, hospitais e serviços de saúde atendem mulheres vítimas de violência, e no caso de estupro, garantem o acesso aos serviços de contracepção de emergência, de proteção às doenças sexualmente transmissíveis e ao aborto previsto por lei.

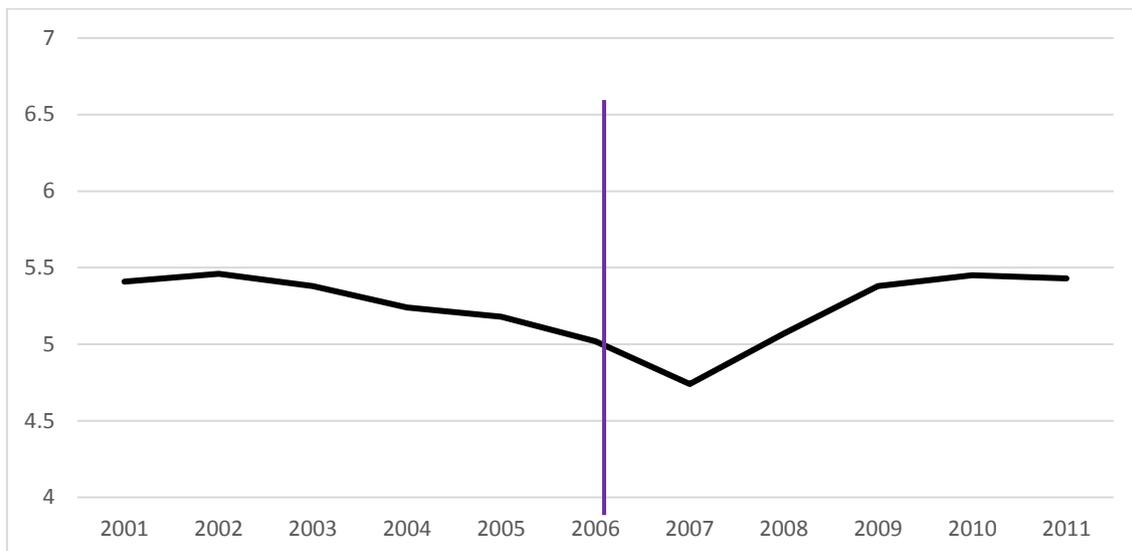
Caso algum direito da mulher seja desrespeitado pelos órgãos públicos, há diversos canais para encaminhamento da reclamação como ouvidorias ou o Ministério Público. A ouvidora da Secretaria de Política para as Mulheres dispõe dos seguintes meios para contato: os telefones (61) 3313 7367/7396/7398/7399 e o e-mail ouvidoria@spm.gov.br. Para aqueles que vivem em zonas mais isoladas, o número indicado é o da Central de Atendimento à Mulher (180). A vida recomeça quando a violência termina.

No entanto, o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ressalta que a Lei Maria da Penha não foi plenamente efetiva, haja vista a inexistência de mudanças significativas nas taxas de homicídio de mulheres nos anos subsequentes.

Estudo do Ipea avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões, por meio de estudo de séries temporais. Constatou-se que não houve impacto, ou seja, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois). Observou-se sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da Lei, conforme pode-se observar no gráfico abaixo, e, nos últimos anos, o retorno desses valores aos patamares registrados no início do período. (IPEA, 2013, p.1)

⁵⁰ Telefone: 61 3403 4908

Gráfico 5 – Mortalidade de mulheres (por 100 mil) por agressões antes e depois da vigência da Lei Maria da Penha



Fonte: IPEA

O Mapa da Violência de 2015 também assinala uma observação semelhante, apesar de as fontes e a metodologia utilizada por ele ser diferente do procedimento utilizado pelo IPEA, levando à coleta de resultados distintos. Contudo, o movimento apresentado é paralelo ao do IPEA. Segundo o documento, é o início da vigência da Lei que explica a leve depressão apresentada no ano de 2007 no gráfico 4.

Se num primeiro momento, em 2007, registrou-se uma queda expressiva nas taxas, de 4,2 para 3,9 por 100 mil mulheres, rapidamente a violência homicida recuperou sua escalada, ultrapassando a taxa de 2006. Mas, apesar das taxas continuarem aumentando, observamos que a partir de 2010 arrefece o ímpeto desse crescimento. (WAISELFISZ, 2015, p.13)

Todavia, o problema do feminicídio no Brasil precisou de atenção especial do Poder Legislativo. O arcabouço legal brasileiro dispõe, desde 2015, da Lei 13.104, que endurece a punição e fortalece a prevenção do crime.

5.2.2.2 Lei do Feminicídio

A criação dessa lei se soma à Lei Maria da Penha e às políticas desenvolvidas pelo Estado para prevenir e punir atentados e agressões às mulheres. Para isso, o feminicídio passa a ser considerado como “circunstância qualificadora do crime de homicídio” (BRASIL, 2015) e o inclui no rol de crimes hediondos, aqueles crimes que são entendidos

como mais graves, mais revoltantes, causam maior aversão à coletividade e, portanto, merecem maior reprovação por parte do Estado.

A instauração da Lei aponta para o fim da impunidade na espiral da violência contra o sexo feminino. Embora nunca tenha sido reconhecido no arcabouço legal brasileiro o “crime passionai”, aquele cometido em nome do amor, essa justificativa costumava ser aceita para abrandar a pena, mas *quem ama não mata*.

Com o objetivo de inibir esses crimes, a Lei do Femicídio traz a possibilidade de o agressor ser julgado levando em consideração múltiplos delitos, o que eleva bastante a pena, enfatizando que ele deve ser punido rigorosamente. Essa nova lei ajuda a tirar as mortes desumanas de mulheres da invisibilidade.

O texto legal adianta alguns agravantes, quer dizer, a pena do femicídio pode ser incrementada de 1/3 até a metade se o crime for praticado contra uma mulher gestante ou nos três meses posteriores ao parto, contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 ou com deficiência, ou ainda na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

5.2.3 Violência contra a mulher no ambiente universitário

A eliminação das desigualdades de gênero é determinante para a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa, inclusive no microcosmo do ambiente universitário não só da Universidade de Brasília, mas também em todo o país.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon⁵¹ acerca da violência contra a mulher nas universidades investigou a percepção e o comportamento dos jovens que hoje habitam esses espaços. Segundo o documento, é imprescindível que o assunto seja discutido para que se possa propor a reflexão, o debate e ações que ajudem a superar o problema, especialmente em um ambiente que é primordial para a formação da cidadania entre os alunos, os quais além de representar o futuro do país, também desempenharão a função de líderes de equipes e de organizações.

A pesquisa, realizada no segundo semestre de 2015, contou com a participação de 1.823 universitários da graduação e da pós-graduação de todo o país, sendo 60% mulheres e 40% homens. A faixa etária dos participantes ficou distribuída da seguinte maneira: 16

⁵¹ Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2016.

a 25 anos (51%), 26 a 35 anos (35%), 36 a 45 anos (10%) e o restante 46 anos ou mais. Classe econômica: média (53%), alta (36%) e baixa (12%).

Segundo o levantamento, “42% das alunas já sentiu medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% já deixou de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência”. (INSTITUTO AVON, 2015, p.3). Quando elas respondem estimuladas por uma lista de violências, 67% reconhece que foi submetida a várias agressões.

O estudo aponta que são várias as formas de violência típicas do ambiente. Além da violência física e sexual, também são comuns agressões de ordem moral/psicológica, (humilhação por professores e alunos, xingamento por rejeitar investida, músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas, repasse de imagens sem autorização, nome incluso sem autorização em rankings sexuais e de beleza etc.) desqualificação intelectual, coerção (ingestão forçada de bebidas e outras drogas ou participação em atividades degradantes como leilões e desfiles) e assédio sexual (comentários, cantadas e abordagem agressiva).

O levantamento aponta um sintoma: elas sofrem mais violência do que as que eles reconhecem cometer. Por exemplo, entre os homens: “27% não considera violência abusar da garota se ela estiver alcoolizada e 31% não considera violência repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização delas”. (INSTITUTO AVON, 2015, p.4).

Antes de finalizar esse breve resumo do estudo, faz-se necessário frisar que, intimidadas e com medo, 63% acaba não reagindo às agressões. Contudo, a maior parte quer atitude por parte das universidades: 78% das mulheres e 64% dos homens concordam que o tema violência contra a mulher deveria ser incluído nas aulas. Em tempo, 95% das mulheres e 88% dos homens acreditam que a faculdade deve criar meios de punir os responsáveis por cometer violência contra as mulheres na instituição.

5.2.3.1 Situação na Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília conta decanatos, unidades administrativas ligadas à Reitoria, os quais coordenam e fiscalizam as múltiplas atividades universitárias. São sete decanatos: Administração, Pesquisa e Pós-Graduação, Assuntos Comunitários, Extensão, Ensino e Graduação, Gestão de Pessoas e Planejamento e Orçamento.

O Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB possui diretorias específicas voltadas para assuntos como desenvolvimento social, esporte, arte, cultura e ainda a diversidade.

Em maio de 2013, com a criação da Diretoria da Diversidade (DIV), a UnB passou a valorizar a diversidade em nível institucional. A DIV é um órgão vinculado ao DAC e tem como função⁵² elaborar e implementar políticas no âmbito da UnB a fim de combater o machismo, o racismo, a xenofobia, a lesbofobia, a homofobia, a transfobia e qualquer outra discriminação de grupos sociais historicamente oprimidos.

A Diretoria surge como resposta aos casos, cada vez mais frequentes, de agressão a estudantes. É por meio dessa perspectiva de *prevenção* que se pretende construir dignamente na universidade um ambiente de valorização e respeito à diversidade humana.

Evidentemente, existem outros assuntos ligados ao racismo e ao machismo, por exemplo, que podem ser contemplados com a apreciação da DIV, como o feminismo negro. Ou ainda a questão indígena no Brasil. A diversidade não se resume a esses tópicos associados a gênero e etnia supracitados. O objetivo é essencialmente o combate ao preconceito.

Opera-se, então, em uma lógica de não-violência. Ao esforçar-se para promover a tolerância e combater a discriminação, a UnB trabalha não só para formar profissionais, mas sim cidadãos educados, conscientes de que devem atuar de maneira ética na sociedade. Uma das ações de destaque é a adoção do “Dia Laranja”⁵³, ocasião em que temas ligados à violência contra a mulher ganham visibilidade em aulas públicas promovidas pela DIV todo dia 25 de cada mês.

Contudo, a Universidade de Brasília, fundada em 1962, tem seu histórico de violência marcado não só pela truculência da Ditadura Militar⁵⁴, quando ali foram

⁵² Disponível em: <<https://www.facebook.com/diretoriadadiversidadeunb/?fref=ts>>. Acesso em 6 de junho de 2016.

⁵³ A campanha UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres, do Secretário-Geral das Nações Unidas, proclamou, em julho de 2012, o dia 25 de cada mês como o Dia Laranja. Trata-se do dia em que organizações ao redor de todo o mundo dão mais visibilidade às questões que envolvem prevenção e eliminação da violência contra mulheres.

⁵⁴ A Universidade de Brasília se transformou em um dos principais ícones da resistência estudantil durante o regime militar, instaurado pelo golpe de 1964. Invasões constantes de tropas policiais no *campus* alimentaram o clima de apreensão. Houve interdição, perseguição e homicídios. Mais informações disponíveis em: <http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes>. Acesso em 10 de junho de 2016.

cometidos torturas e assassinatos, mas também pela ocorrência de mais de um feminicídio na Universidade.

Caso Neres

A estudante de biologia Louise Maria da Silva Ribeiro, uma jovem de 20 anos, foi morta pelo colega de curso Vinícius Neres, 19, nas dependências do Instituto de Biologia da UnB no dia 10 de março de 2016. De acordo com a matéria publicada pelo portal de notícias G1 DF⁵⁵ no dia seguinte, a razão do homicídio teria sido o fato de o garoto não aceitar a recusa dela em manter um relacionamento com o rapaz.

A reportagem informa que ele a deixou inconsciente utilizando o clorofórmio disponível no laboratório do instituto depois de atraí-la para o local, que estava vazio, dizendo que iria se matar e que só ela poderia ajudá-lo. No dia seguinte, após ser abordado pela polícia na UnB, o rapaz confessou o crime. Neres foi em uma viatura da instituição indicar o local em que havia deixado o corpo, um matagal próximo à universidade.

Policiais afirmam que ele se comportou de maneira estranha e fria na viatura, chegando a rir. Segundo a matéria, “o capitão da PM [...] disse que Neres aparentava ter distúrbio psicológico. ‘O fato de ele ter muita calma e tranquilidade e por várias vezes estar sorrindo durante a confissão demonstra [...] sociopatia e covardia’”.

Amigos afirmam que ele tinha uma fixação com a estudante e que esse parecia ser um padrão de comportamento do rapaz. “Uma colega minha está sendo atendida pelos psicólogos. Ele era obcecado por ela há muito tempo. Acho que ela está pensando 'se não fosse ela, seria eu'”, ainda de acordo com entrevista em matéria do G1.

Vinícius disse que conseguiu as chaves do laboratório porque falou para uma professora que precisava revelar algumas fotos. Segundo a Polícia Militar, o rapaz informou em um relato que havia planejado o crime dias antes e que os dois tiveram um relacionamento de 9 meses. Ele disse ainda que pretendia se matar depois de assassiná-la, mas desistiu. Neres também assumiu que fez menção de violentá-la sexualmente, ele afirmou que chegou a colocar o preservativo e que tirou a calcinha dela depois de asfixiá-la, porém refugou.

⁵⁵ Disponível em: < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/aluna-foi-morta-em-laboratorio-da-unb-por-afogamento-em-cloroformio.html>>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

Expulso da UnB, Neres responderá por homicídio triplamente qualificado (12 a 30 anos de prisão) e ocultação de cadáver (1 a 3 anos de prisão). Preso preventivamente, a expectativa é de que ele permaneça no Complexo Penitenciário da Papuda.

Caso Bauer

Em julho de 1987, a aluna da UnB Thaís Muniz de Mendonça, de 19 anos, ficou desaparecida por dois dias até que a polícia encontrasse o cadáver da garota, também em um matagal na asa norte. Seu corpo apresentava sinais de facadas e tiro na cabeça.

O autor do crime, Marcelo Duarte Bauer, era seu ex-namorado e fugiu para a Europa depois de denunciado. À revelia, Bauer foi condenado pela Justiça brasileira, somente em 2012, a 18 anos de prisão, mas a pena foi reduzida para 14 anos.

Figura 3 – Caso da aluna assassinada na UnB é matéria no G1 no dia 11 de março de 2016



Fonte: G1.

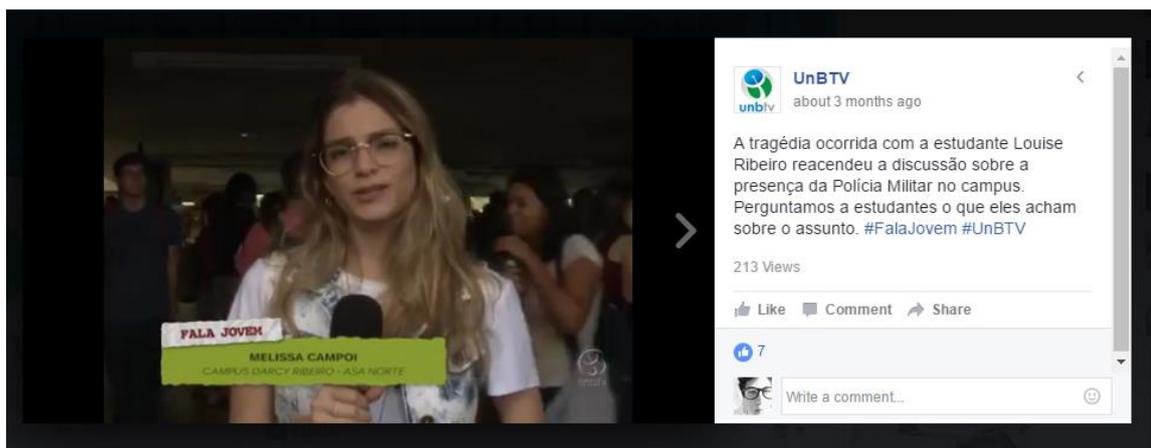
Figura 4 – Crueldade do assassino é destaque no site Metrôpoles



Fonte: Metrôpoles.

O caso da Louise repercutiu também na UnBTV:

Figura 5 – Fatalidade na UnB pauta debate sobre presença da PM no *campus* no Fala Jovem



Fonte: página da UnBTV no Facebook.

Figura 6 – UnBTV registra homenagem à aluna de biologia



Fonte: página da UnBTV no *Facebook*.

Diante dessa situação que chocou a capital federal e a comunidade universitária, uma carta⁵⁶ escrita ainda em março por professores da UnB, endereçada à Administração Superior da universidade, pede o enfrentamento à violência contra a mulher no ambiente acadêmico por parte de todas as instituições que a compõe. Entre professores e outras entidades, como grupos de pesquisa e núcleos de estudo, foram coletadas mais de 120 assinaturas corroborando o pedido. A epístola destaca o dever pedagógico e a missão transformadora da universidade:

Mas queremos que a morte de Louise Ribeiro seja lembrada como a última vez em que uma tragédia como essa aconteceu na UnB. Acreditamos que é necessário a Universidade assumir seu papel pedagógico e transformador das relações de gênero em todas as instâncias institucionais. Podemos e devemos problematizar o tema da violência contra a mulher a fim de conscientizar a comunidade universitária e a população em geral, e evitar novos casos de assédios, abusos, estupros e assassinatos. (CARTA, 2016, p.1)

Em seguida, o texto encaminha algumas sugestões para enfrentar a violência no ambiente universitário. Destacam-se:

1) Inserção do tema violência de gênero como prioritário para discussão no CEPE, Consuni e CAD para definição de estratégias e ações institucionais de combate à violência de gênero; 2) Levantamento e sistematização de dados sobre denúncias e casos comprovados de violências ocorridos na Universidade para que se tenha um Mapa da Violência contra a mulher na UnB, em todos os *campi*; 3) Inserção do tema violência de gênero na campanha de boas-vindas aos calouros. (CARTA, 2016, p.1)

⁵⁶ Encaminhada via e-mail e UnBDoc n.32137/2016, em 15 de março de 2016.

O conteúdo completo da carta pode ser acessado no anexo deste trabalho.

Elencaram-se dois casos de feminicídio que aconteceram na UnB. Contudo, na tentativa de refletir a situação real da universidade, é preciso ressaltar que a agressão constante a alunas, professoras e servidoras é uma tônica no cotidiano da universidade.

Ainda no início do primeiro semestre de 2016, menos de um mês completo do assassinato da aluna, estudantes da UnB presenciaram demonstrações de machismo e homofobia que se revelaram por meio da letra de uma música cantada pelo grupo de torcida *Maquinada* em evento esportivo sediado na universidade. Segundo matéria⁵⁷ publicada pelo jornal Metrôpoles em 5 de abril de 2016, gestos obscenos também foram exibidos, complementando o ato. Alguns membros do grupo de torcida dirigiam suas ofensas públicas especialmente às calouras de Medicina e Direito. O grupo se retratou por meio de rede social na internet dias depois.

Além disso, circulou na internet também no início do ano um guia intitulado: “Como curar uma feminista na UnB: o estupro de maneira segura”. Trata-se de um texto⁵⁸ publicado em um *blog* que compila guias e manuais que incitam e fomentam a cultura do estupro. Os textos são, de uma só vez, machistas, sexistas, misóginos, racistas e homofóbicos. O *blog* está atualmente fora do ar.

A UnB é signatária do movimento ElesPorElas⁵⁹ (HeForShe) da ONU Mulheres⁶⁰ e também participa da iniciativa “O Valente não é Violento”, a qual, segundo a página da campanha na internet⁶¹, tem o objetivo de estimular a mudança de atitudes machistas, e reforçar a responsabilidade que homens devem tomar para si no combate à violência de gênero.

⁵⁷ Disponível em: < <http://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/unb-volta-a-ser-palco-de-machismo-e-agressoes-a-mulheres>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

⁵⁸ O assunto foi destaque em matéria do G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/02/jovem-se-diz-alvo-de-vinganca-apos-denunciar-guia-de-estupro-da-unb.html>>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

⁵⁹ O movimento ElesPorElas (HeForShe) busca envolver homens e meninas na remoção de barreiras sociais e culturais à igualdade de gênero. Criado em setembro de 2014, o movimento acredita que essa causa é de toda a humanidade.

⁶⁰ Criada em julho de 2010, a ONU Mulheres é a entidade ligada às Nações Unidas para promoção da igualdade de gênero e empoderamento feminino. É por meio do apoio à formulação de políticas, padrões e normas globais e à implementação dessas normas que a instituição ajuda os Estados-membros a alcançarem seus objetivos.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.ovalentenaovievolento.org.br/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2016.

A universidade da capital federal também participa da campanha “Una-se pelo fim da violência contra as mulheres”⁶², que tem o objetivo de realizar uma ação integral para prevenir e eliminar a violência contra mulheres e meninas em todas as partes do mundo. A campanha também busca gerar mais consciência pública, incrementar a vontade política e os recursos destinados para este objetivo. Para isso, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, convocou, em fevereiro de 2008, governos, sociedade civil, meios de comunicação, setor privado e jovens, homens e mulheres, para somarem esforços nesta luta.

A Universidade tem procurado ouvir alunas, servidoras e professoras no sentido de propor ações para o enfrentamento, mas a despeito de ações como essa, da criação recente da Secretaria para Mulheres da Diretoria da Diversidade (DIV), ligada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), e da instituição de um “*Whatzapp* da Segurança”⁶³, ainda há muito a ser feito.

O debate é o primeiro passo. Com essa exposição, acredita-se ter ficado clara a importância de se discutir esse assunto de interesse público no piloto do programa em um contexto de comunicação pública universitária. A sociedade brasileira como um todo e a comunidade universitária em particular têm a necessidade de fomentar o debate para que possam, juntos, Estado Brasileiro, Universidade de Brasília e sociedade civil, trabalhar para combater casos de violência contra as mulheres dentro e fora dos *campi* universitários e dar as condições para a extinção das agressões. Esse interesse é de todos.

⁶² Mais informações disponíveis em: < <http://www.ovalentenaovievto.org.br/artigo/55/Campanha-UNA-SE>>. Acesso em: 15 de novembro de 2016.

⁶³ O número de *Whatzapp* da segurança universitária é (61) 99263 5760.

6. METODOLOGIA

Para confeccionar o programa, a produção foi repartida em três partes utilizando, como inspiração, a divisão que acontece no cinema: pré-produção, produção e pós-produção. Contudo, foram levadas em conta as adequações às necessidades do Diversidade em Debate, que é feito para televisão.

Ainda que algumas tarefas tenham sido terceirizadas, como se verá adiante, o extenso gerenciamento da produção se deu desde a concepção do produto, ainda no plano das ideias, ao último segundo do vídeo concreto. Para isso foi preciso coordenar colaboradores em suas missões e assessorar as etapas de elaboração do produto, incluindo a identificação dos problemas que surgem, a demanda de soluções, a concepção de estratégias de ação e a tomada de decisão.

6.1 Pré-produção

Primeiramente foi pensada uma temática que atendesse à premissa do interesse público. A ideia inicial foi uma abordagem relacionada à saúde. Pensou-se em saúde mental, depressão, transtorno de personalidade, bipolaridade, enfim, algum assunto que pudesse trazer uma contribuição para a sociedade, colocando em perspectiva o conhecimento, a informação, e que, ao mesmo tempo, pudesse auxiliar as pessoas que sofrem desse transtorno.

Em seguida, por iluminação da Professora Ellis Regina, orientadora desse trabalho, pensou-se em articular uma outra problemática mais alarmante ainda dentro da saúde, o Zika Vírus, moléstia em voga à época. Argumentou-se que, posteriormente, chegada a temporada sem chuvas, essa deixaria de ser uma preocupação nacional e o programa perderia o sentido. Então partiu-se para um tema que não “esfriasse” ou “esquentasse” conforme o clima.

Uma vez que a Universidade de Brasília passou a valorizar a diversidade em nível institucional e, levando-se em conta os inúmeros acontecimentos recentes ligados à intolerância, ao machismo, ao desrespeito pela vida humana, ficou claro, em absoluto, que a pauta da diversidade era o tema a ser discutido. Uma rápida checagem à programação da UnBTV apontou a ausência de um programa nesse sentido, algo que representou, então, uma oportunidade para a criação desse produto. O tema da violência contra a mulher surgiu praticamente junto com a ideia de valorização da diversidade.

Tendo estipulado um assunto, todo o resto do programa estaria ligado a ele: o nome, os convidados do primeiro episódio, ou melhor, as convidadas, toda a parte visual, *layout*, legendas, logomarca, cores, título etc., e, evidentemente, o roteiro estabelecido para o piloto.

Também nesse momento um programa televisivo em especial passou a servir de referência para a confecção deste trabalho, o Ver TV⁶⁴, da TV Brasil, apresentado por Lalo Leal, que discute o papel da televisão na sociedade brasileira. O *Diversidade em Debate* é realizado em um formato semelhante ao pensado para o Ver TV: três convidados, um mediador, duração de aproximadamente uma hora e divisão em blocos.

Um trabalho como a produção do *Diversidade em Debate*, um programa para televisão, com uma hora de duração, pareceu que dificilmente seria bem feito se executado por apenas uma única pessoa, era necessário angariar apoio. Foi exatamente esse o segundo passo. Depois de algumas abordagens sem sucesso, três colegas da Faculdade de Comunicação, a Gabriela Ramos Fraga, a Thayse Gomes e a Pry Castro se prontificaram a cooperar no dia da gravação, operando câmeras, tirando foto, recebendo as convidadas, fazendo o que fosse necessário naquele momento. Recrutada a equipe, partiu-se para o agendamento das entrevistas.

Nesse momento foi retomado o apoio da UnBTV, com quem a produção já havia tido um primeiro contato ainda em 2015, na fase do pré-projeto. O apoio da televisão universitária era fundamental para a execução do programa. Além da vasta experiência com produções audiovisuais, também a UnBTV pôde colaborar cedendo o estúdio onde ele seria gravado. Determinou-se, de acordo com a disponibilidade do espaço, uma data e um horário para gravação do *Diversidade em Debate*.

Paralelamente, enquanto a produção refletia acerca dos nomes a serem convidados para o episódio piloto, ela frequentou palestras e reuniões na UnB acerca da violência contra a mulher e do feminicídio, promovidas por professoras, servidoras e alunas da instituição, no intuito de se familiarizar com o tema e com as principais vozes que contribuem para a discussão do assunto na academia.

Então, ainda nessa fase de pré-produção, chegou o momento de definir as fontes. Lourdes Maria, Tânia Montoro e Mara Régia foram convidadas a debater no primeiro

⁶⁴ Disponível em: < <http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv>>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

programa. Todas aceitaram. A escolha desses nomes levou em conta o notório envolvimento com a causa feminista, a sororidade⁶⁵, as pesquisas realizadas, o saber adquirido, a experiência e o ávido desejo de proteger as mulheres, cada qual ao seu modo.

Feita essa aproximação, a produção enviou por *e-mail*, a cada uma delas, a pauta do programa. O texto foi produzido com base no roteiro de perguntas estabelecidas para o programa. O objetivo era deixá-las cientes do que seria discutido ali, inclusive para que pudessem levar algum material complementar se assim lhes aprouvesse.

O roteiro, por sua vez, levava em conta o tema do programa, o tempo disponível, a divisão em blocos, os subtemas, o enfoque e a abordagem privilegiada. Além das perguntas-chave estabelecidas, também foram preparadas algumas perguntas suplementares, por precaução. Vale destacar que uma das características da produção para TV é a exigência de clareza da comunicação. Sobre este assunto, Olga Curado (2002) mostra que as normas de comunicabilidade que são caras aos jornalistas que escrevem em jornal ou em revista não são as mesmas para os que vão escrever para a televisão, posto que o público não está lendo a notícia, mas sim assistindo-a, mobilizando então a visão e a audição.

Por suas características como meio de divulgação, que combinam som e imagem, a televisão tem uma maneira própria de transmitir a informação. A linguagem, o tempo e o ritmo são peculiares, se comparados com outros meios de comunicação. [...] No instante em que toma conhecimento da notícia, o espectador não pode interromper o jornalista pedindo-lhe que esclareça algum ponto não compreendido. Não pode voltar no tempo para recuperar uma frase ou uma informação que perdeu, a não ser que tenha gravado o programa. (CURADO, 2002, p. 19)

A comunicação pela TV, que exige instantaneidade na sua compreensão, se mostra como um desafio para quem escreve para este meio.

6.2 Produção

Confirmadas a presença das convidadas, a reserva do estúdio e a cooperação das colegas de curso, foi levada a cabo a produção. Essa etapa consiste basicamente na gravação do programa. Nesse momento, já havia sido enviado uma lista com os materiais

⁶⁵ De acordo com uma publicação do jornal “O Globo”, disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/sororidade-substantivo-feminino-18959230>>, sororidade é um substantivo feminino, incomum nos dicionários clássicos, mas que vem sendo amplamente utilizado, sobretudo nas redes sociais, para se referir à aliança ou pacto entre as mulheres alicerçado na empatia e no companheirismo. Acesso em: 16 de novembro de 2016.

necessários para a gravação aos apoiadores da UnBTV. Também foi produzido um *checklist* para evitar que qualquer item ficasse faltando, desde as águas, amendoins e bombons para as convidadas e para a equipe no estúdio até o dispositivo externo de armazenamento de arquivos para guardar o vídeo produzido no dia. Também nessa etapa foram feitas as notas para o *teleprompter* e os ajustes de última hora.

Ressalta-se que nesse momento foi necessário um outro ingrediente: a paciência, aliada à calma, para lidar com o trânsito excepcional nas vias da cidade, problemas técnicos no estúdio e o curto tempo disponível, visto que todos que ali estavam tinham renunciado ou adiado outros compromissos, tanto de ordem profissional como de ordem pessoal, e que o estúdio reservado estaria com o tempo limitado pelo horário da gravação seguinte, para a qual estava designado.

Contudo, é preciso destacar a peculiaridade ligada aos programas de debate. Segundo Jorge Nuno Oliveira (2007), “a comunicação jornalística em televisão não é uniforme. Os diferentes produtos socorrem-se de técnicas e efeitos muito diversos para fazerem passar a mensagem e alcançarem os seus objetivos: serem vistos, ouvidos e entendidos”. (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

O Diversidade em Debate, portanto um programa cujo gênero é o debate, que pertence à categoria “informação”, juntamente ao documentário, à entrevista e ao telejornal, segundo classificação de Aronchi (2006), necessita de um baixo investimento, aliás, uma característica desse gênero televisivo:

As produções de baixo investimento entram como alternativa para emissoras com pouco poder financeiro para produzir programas informativos mais sofisticados. O gênero de debate não necessita de grandes investimentos – cenário e transporte de convidados são os elementos básicos – e pode possibilitar o preenchimento de um espaço da grade horária com duração elástica. O elemento principal que classifica o gênero é o número de entrevistados e entrevistadores. Podem aparecer no vídeo mais de um entrevistador e convidados, que também atuam como comentaristas. É o número de pessoas que cria o debate, diferente do gênero entrevista, que pode ser produzido com apenas um apresentador e um entrevistado. Os assuntos e os convidados variam de acordo com a proposta da emissora: pode-se debater um único tema, com vários convidados opinando e respondendo às indagações dos entrevistadores e apresentadores fixos; um debate sobre vários temas num único programa também pode dar um tom de atualidade e variedade; programas de natureza definida – esportivo, política, educativos, entre outros – também se fixam sobre uma fórmula para aprofundar o tema e apresentar especialistas em assuntos que segmentam o programa. (ARONCHI, 2006, p. 30)

Ainda segundo o autor, “além de mostrar líderes regionais, o gênero debate também é uma forma de produção que permite à pequena emissora um baixo investimento para cumprir a carga horária prevista pela legislação brasileira para produções locais”. (ARONCHI, 2006, p.31).

Salienta-se que o estabelecimento de um apresentador faz parte da maioria dos programas de debate. Neste caso específico, preferiu-se o termo “mediador”⁶⁶, baseado na convicção de que, em um debate, o apresentador, mais do que apresentar o tema, deve mediar a discussão, propor questionamentos, aprofundar determinados aspectos, explicar para o espectador eventuais dados, enfim, envolver-se de fato com o debate do tema.

O programa de debate pode também apresentar alguma reportagem que ilustre o assunto a ser debatido, como é o caso do Diversidade em Debate que, logo no início, veicula uma matéria transmitida ainda em março de 2016 pelo SBT⁶⁷ sobre o caso da aluna da UnB vítima de um colega de curso. Como dito, o programa tem uma duração de aproximadamente uma hora, este é outro elemento característico do formato:

Por se tratar de um gênero que tem a intenção de debater um assunto quase à exaustão, procurando esgotar o tema com opiniões distintas, a duração também passa a ser mais elástica, com o mínimo de trinta minutos e podendo preencher mais de uma hora da programação. A dinâmica de produção e a variedade dos temas apresentados determinam sua duração. (ARONCHI, 2006, p.31)

Por fim, a produção também presume a discussão entre vários convidados sobre o mesmo assunto. “Não existe debate sem que os participantes pensem diferente, por isso a produção planeja a escalção dos convidados com perfis diferentes. [...] A tônica do programa de debate é a divergência de opiniões, caso contrário o programa fica morno”. (ARONCHI, 2006, p.34).

6.3 Pós-produção

A pós-produção consistiu em criar a vinheta, criar uma música que a acompanhasse, editar o vídeo e ajustar o layout do programa. Sobre esse último aspecto,

⁶⁶ Mediador, de acordo com o Dicionário Priberam, um adjetivo ou um substantivo masculino que se refere aquele que intervém; árbitro. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/mediador>>. Acesso em: 16 de novembro de 2016.

⁶⁷ O SBT, o Sistema Brasileiro de Televisão, é uma das principais emissoras comerciais de televisão aberta no país.

vale destacar que a concepção da marca contou com a criatividade do ilustrador e desenhista Jonas França e depois passou para os cuidados do designer Rodrigo Brandão.

A edição e a vinheta estavam, inicialmente, a cargo de duas alunas de outra instituição, mas que haviam se prontificado a colaborar com a respectiva experiência na área. Entretanto, posteriormente elas renunciaram ao compromisso, o que acabou atrasando o decurso dos trabalhos, mas acredita-se que alguns imbróglis como esse são naturais do processo.

Superada essa fase, Igor Gutemberg, também aluno da Faculdade de Comunicação na UnB, se apresentou para dar continuidade à edição e à produção da vinheta. Essa última é acompanhada de uma música criada pelo autor do trabalho especialmente para a ocasião do Diversidade em Debate.

7. VIABILIDADE INSTITUCIONAL E FINANCEIRA

A transmissão do Diversidade em Debate poderia ser veiculada pela UnBTV em qualquer janela, de pelo menos uma hora, disponível em sua programação. Como foi apontado, a grade de programação da emissora frequentemente conta com diversos espaços vazios, os quais são preenchidos com conteúdos variados, como reprises de outros programas, coberturas jornalísticas, documentários, etc.

O programa também pode ser veiculado em outros canais universitários desde que tenham interesse em transmitir os temas discutidos e que tenham a disponibilidade de ao menos uma hora em sua grade de programação. Com efeito, no caso da violência contra a mulher, acredita-se que o tema seria de interesse de outras universidades uma vez que este problema é comum em outras regiões do país.

No que se refere à viabilidade financeira, é importante mencionar qual o orçamento previsto para produzir o programa: R\$ 5600,00. Ressalte-se que a Universidade de Brasília arcou com aproximadamente um quinto dos custos uma vez que cedeu o estúdio e profissionais do seu quadro para colaborarem com a confecção do Diversidade em Debate.

Tabela 4 – Orçamento Diversidade em Debate

| Despesa | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------------|-----------------------------|-----------------------|--------------------|
| Estúdio UnBTV | 3 horas | R\$ 300,00/hora | R\$ 900,00 |
| Salário Jornalista | 1 jornalista ⁶⁸ | R\$ 2247,00/mês | R\$ 2247,00 |
| Edição | 1 editor | R\$ 750,00 | R\$ 750,00 |
| Vinheta Musical | 1 compositor e 3 músicos | R\$ 1000,00 | R\$ 1000,00 |
| Arte e desenho | 1 ilustrador | R\$ 400,00 | R\$ 400,00 |
| DVD virgem | 6 DVD's | R\$ 2,50 | R\$ 15,00 |
| HD Externo | 1 | R\$ 300,00 | R\$ 300,00 |
| TOTAL | | | R\$ 5612,00 |

⁶⁸ O salário é designado ao jornalista responsável pela mediação do debate em frente às câmeras e foi estabelecido conforme o piso salarial estipulado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.sjpdf.org.br/pisos-salariais>>. Acesso em 19 de novembro de 2016.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher, difundida em todo o tecido social, afeta não apenas a saúde física e emocional das vítimas, como também de suas famílias e da população como um todo. Sem embargo, ela compreende, como foi visto, uma vasta gama de atos, desde o abuso emocional até a violência física ou sexual, que em geral nem são registrados. O Estado, por outro lado, a duras penas tem se colocado em favor das mulheres, mas ainda há muito a ser feito.

Vale destacar ainda que relações violentas podem ocorrer em qualquer espaço, público ou privado, e muitas vezes sorrateiramente. Segundo numerosos relatos⁶⁹, há casos de violência partindo até mesmo de professores universitários assediando moralmente alunas e alunos em sala de aula, diante dos demais colegas.

As agressões aparecem em casa, no trabalho, na rua, nos estabelecimentos comerciais, na universidade, no transporte público, elas não têm endereço fixo. Aliás, em se tratando de universidade, ressalta-se que o problema é comum a outras instituições, seria um delírio imaginar que é um problema restrito à UnB.

Delírio também seria compactuar com aqueles que emitem discursos, por ódio ou por ignorância, dizendo que fazer uma política pública que proteja da violência uma minoria A, B ou C é como se o Estado tivesse priorizando a defesa daquela minoria em detrimento dos demais. Isso jamais foi verdade. Se há um grupo querendo criminalizar a homofobia, por exemplo, ainda que agredir qualquer ser humano, independente de orientação sexual, já seja um crime, é porque aquele grupo específico precisa de uma atenção especial. É porque a violência nesse caso conta com remetentes e tem destinatários bem delineados, e precisa ser tratada dentro da sua especificidade.

Por exemplo, fica patente que um dos legados do governo de Dilma Rousseff é precisamente a consolidação de políticas públicas voltadas para as mulheres. No entanto, também os agentes policiais, militares e civis, os juízes, as equipes de patrulha, precisam colaborar no sentido de fortalecer essas políticas. Pelo que se pôde depreender de algumas conferências sobre o tema, muitas vezes os próprios delegados são os primeiros atores a

⁶⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/estudantes-da-unb-criam-pagina-para-denunciar-preconceito-de-professores.html>>. Acesso em 16 de novembro de 2016.

dissuadir as mulheres de fazer o registro de um boletim de ocorrência. Mais uma vez a impunidade se faz presente.

O ideal é que os casos sejam levados adiante não só para que os agressores sejam devidamente punidos e, se possível, reeducados, mas também para que a sociedade possa, diante da violência, cobrar uma postura mais ativa tanto por parte de seus políticos, como individualmente, por parte de cada cidadão.

Acredita-se que o povo brasileiro, por outro lado, já esteja revendo, ainda que lentamente, sua postura frente às questões ligadas às mulheres, aos gays, aos transexuais, aos negros, aos índios, aos deficientes, enfim, às minorias em geral. Não obstante, há muita discriminação e a informação parece ser um caminho possível para combater o preconceito.

Considera-se que o Diversidade em Debate, cujo apenas o programa piloto foi descrito neste memorial, cumpre o seu propósito. Utilizando-se de uma linguagem experimental, ao mesmo tempo em que informa, também se posiciona, toma partido, dá opinião, entretém e fomenta o debate dentro e fora da telinha. O programa traz em sua agenda uma discussão oportuna e relevante para a sociedade; é um produto e um serviço de comunicação universitária. Aliás, comunicação essa que a todo tempo coloca em perspectiva o interesse da coletividade. Diversidade em Debate é uma obra pensada para o âmbito da comunicação pública, da comunicação universitária, da comunicação organizacional e social. Uma obra que contesta, que se manifesta a favor da diversidade, da pluralidade e da tolerância.

No que se refere às emissoras públicas, o Brasil conta com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) a qual procura justamente produzir um conteúdo de relevância para os brasileiros. Não se pode perder de vista a ideia de que apesar de a empresa dispor de grande aparelhagem para o fazer comunicacional, como rádio, TV, página internet, redes sociais etc., sua presença é significativamente eclipsada pela onipresença de empresas comerciais de comunicação. É preciso valorizar a EBC enquanto uma empresa que é todos os brasileiros. Não se pode tolerar que um governo audacioso ou leviano intervenha no seu funcionamento, no corpo funcional ou influencie na sua política editorial.

Enfim, é preciso ter em mente que não há um único modelo de gestão para as emissoras públicas porque as sociedades têm idiosincrasias, fundamentos, anseios e necessidades diferentes. O que deve prevalecer, no entanto, é a comunicação livre,

democrática e de qualidade. A licença paga, o financiamento estatal, a publicidade, a venda de programas e as doações são só algumas das formas de subsídio em voga. O Brasil pode desenvolver com criatividade, eficiência, moralidade, e equilíbrio o seu próprio modelo de gestão e sua própria maneira de conduzir a comunicação pública.

É preciso destacar ainda a importância elementar das televisões universitárias em todo o país na constituição do ecossistema dos meios de comunicação disponíveis. Com o viés educativo que têm, elas contam com um grande potencial para a consolidação da cidadania, por meio da informação, da educação e da cultura. É discutível a conclusão de que faltam recursos para esses canais uma vez que eles não são transparentes quanto à origem dos recursos e tampouco quanto ao tamanho dos gastos.

A UnBTV, por sua vez, criada há pouco mais de 10 anos, está trilhando o seu próprio caminho. A emissora é responsável por cobrir eventos relevantes para a Universidade de Brasília e ainda funciona como um acervo, uma memória da instituição. A emissora produziu mais de 6 mil horas de programação nesse período de funcionamento e, com a sua veiculação diária, presta para a comunidade acadêmica e para a sociedade serviços importantes ligados à divulgação científica, cultural e educativa.

Desenvolver um trabalho como a criação do Diversidade em Debate se mostrou um desafio maior e mais complicado do que parecia quando a ação foi iniciada. As dificuldades se deram sobretudo em função da complexidade da tarefa em oposição à escassez de mão de obra. Centralizar muitas funções na mão de uma única pessoa, é colocar em risco a qualidade da obra final. De acordo com Olga Curado (2002), “é a soma de vários olhares, de vários ângulos, é que leva ao resultado de qualidade”. (CURADO, 2002, p.23). Segundo a autora,

uma reportagem em televisão é sempre resultado do trabalho feito por uma equipe multifuncional. O que vai ao ar acontece porque várias pessoas trabalharam juntas e não apenas por obra e graça de algum super-homem, que, na TV, nasceu morto. O mais talentoso dos repórteres, editores, pauteiros, cinegrafistas não põe sozinho uma boa reportagem no ar. (CURADO, 2002, p.23)

Um grande desafio que se apresentou foi de ordem técnica. Alguns dos diversos dispositivos utilizados para armazenar o vídeo simplesmente não funcionaram, consecutivamente, atrasando o prosseguimento de tarefas, sobretudo daquelas ligadas à edição. Por outro lado, pessoas que antes haviam se disponibilizado para cooperar e se mostraram interessadas, renunciaram em momentos cruciais, adicionando mais

dificuldades à produção. Para contornar essas situações, foi preciso criatividade e agilidade. Além disso, mediar um programa como o Diversidade em Debate exige preparo jornalístico, comunicacional, de dicção, organização e planejamento. Mas, para a finalização de uma obra dessa magnitude, é preciso contar também com outros talentos cujas habilidades são imprescindíveis para que a confecção seja feita com qualidade.

O tempo estimado para a confecção desse produto foi insuficiente. A princípio, o trabalho seria desenvolvido em apenas um semestre, mas com o prazo se esgotando ao final desses seis meses, ficou claro que ainda faltavam muitas outras tarefas, como a edição, aprimoramento do visual do programa e também a finalização da parte escrita até que o trabalho pudesse ser dado como concluído. Foi necessário, então, adiar por mais um semestre a entrega deste produto.

Depreende-se dessa experiência que o fazer comunicacional, que se dá, idealmente, por meio de uma equipe interdependente, exige também o treinamento de habilidades psicológicas para lidar com a pressão do tempo, com as multitarefas, com as demandas da equipe e com os imprevistos. Essas habilidades também estão intimamente ligadas à capacidade de previsão do futuro e do que pode dar errado na trilha a ser percorrida. Acredita-se que a experiência é uma aliada nesse processo e o Diversidade em Debate certamente colaborou muito para a aquisição desta.

9. REFERÊNCIAS

- ABTU, Associação Brasileira de Televisão Universitária. *A Televisão Universitária no Brasil – Os Meios de Comunicação nas Instituições Universitárias da América Latina e Caribe*. UNESCO, IESALC, 2004.
- ARONCHI, José Carlos. *Debate: televisão, gêneros e formatos*. TVEscola, Rio de Janeiro, 2006.
- BRANDÃO, Elizabeth. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação Pública – Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2009.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.
- BUCCI, Eugênio; *Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea*. Série Debates CI, Unesco, 2012.
- CAPARELLI, Sérgio, LIMA, Venício. *Comunicação e Televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo, Hacker, 2004.
- CURADO, Olga. *A Notícia na TV – O dia-a-dia de quem faz Telejornalismo*. São Paulo, Alegro, 2002.
- CURVELLO, João José Azevedo. A dimensão interna da comunicação na administração pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação Pública – Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2009.
- DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, Difusão, 2011.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. *A Melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*. Summus Editorial, 1997.
- SODRE, Bruno. *PBS: public broadcasting service: um modelo de TV pública*. Brasília, Casa das Musas, 2007.
- SODRE, Muniz. *O Social irradiado! Violência urbana, neogrotesco e mídica*. São Paulo, Cortez, 1996.
- OLIVEIRA, Jorge Nuno. *Manual de Jornalismo de Televisão*. Lisboa, Cenjor, 2007.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagú* (37), julho-dezembro de 2011.

RUFFATO, Luiz. O brasileiro cordial – falar que somos tolerantes é desconhecer nosso machismo, nossa homofobia e nosso racismo. *El País*, 3 de junho de 2015.

WAISELFISZ, Julio. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Brasília, 2015.

ZÉMOR, Pierre. *La communication publique*. Paris, PUF, 1995.

Luiz Ruffato, colunista do jornal El País, escreveu em junho de 2015 um texto intitulado “O brasileiro cordial – falar que somos tolerantes é desconhecer nosso machismo, nossa homofobia e nosso racismo”.

9.1 Outras Referências

BANDEIRA, Lourdes Maria. *Aula Pública sobre Violência Contra A Mulher*. Brasília, UnB, 25 de abril de 2016. (Comunicação oral).

CARTA. *Carta à Administração Superior da Universidade de Brasília*. Brasília, UnB, 2016.

NEVES, Maurício. *Histórico e Funcionamento da UnBTV*. Brasília, UnBTV, 11 de abril de 2016. Entrevista concedida a Caio Albuquerque.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_1eilagarcia.pdf>. Acesso em: 6 de setembro de 2016.

INSTITUTO AVON. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf>. Acesso em: 6 de setembro de 2016.

<http://canaisglobosat.globo.com/>

www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/em-meio-a-crise-economica-globo-tem-lucro-liquido-superior-a-r-3-bi

<http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Totalizador.aspx>

<http://memoria.ebc.com.br/tv-publica-ebc/tv-publica-no-mundo>

<http://www.pbs.org/about/about-pbs/overview>

<http://www.abtu.org.br/WebSite>

<http://www.tvufam.ufam.edu.br>

<http://www.observatorioradiodifusao.net>.

<https://www.ufpe.br/ntvru>

<http://www2.tv.ufba.br/quem-somos>

<http://tvusponline.blogspot.com.br>

<https://www.youtube.com/user/usponline>

<http://tvufmg.blogspot.com.br/com.br>

<http://www.ufrgs.br/tv>

<http://tvcampus.ufsm.br>

<http://www.tvufg.org.br>

<http://www.unbtv.unb.br>

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>

<http://www.youtube.com/user/unbtv>

<http://www.facebook.com/UnBTV/?fref=ts>

<https://www.facebook.com/diretoriadadiversidadeunb/?fref=ts>

<http://www.spm.gov.br/>

http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/aluna-foi-morta-em-laboratorio-da-unb-por-afogamento-em-cloroformio.html>

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/02/jovem-se-diz-alvo-de-vinganca-apos-denunciar-guia-de-estupro-da-unb.html>

http://unb2.unb.br/transparencia_unb/unb

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/03/opinion/1433333585_575670.html

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/estudantes-da-unb-criam-pagina-para-denunciar-preconceito-de-professores.html>

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/unb-apura-pichacoes-de-conteudo-racista-e-homofobico-em-banheiros.html>

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/unb-apura-dossie-sobre-professor-suspeito-de-assedio-moral-e-sexual.html>

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/03/estudantes-da-unb-criam-pagina-na-web-para-relatar-casos-de-assedio.html>

http://istoe.com.br/121068_A+MARIA+DA+PENHA+ME+TRANSFORMOU+NUM+MONSTRO+/

<http://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/unb-volta-a-ser-palco-de-machismo-e-agressoes-a-mulheres>

<http://www.ovalentenaovieento.org.br>

<http://www.ovalentenaovieento.org.br/artigo/55/Campanha-UNA-SE>

<http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv>

oglobo.globo.com/mundo/sororidade-substantivo-feminino-18959230

<http://www.priberam.pt/dlpo/mediador>

<http://www.sjpdf.org.br/pisos-salariais>

10. ANEXOS

Carta encaminhada via e-mail e UnBDoc n.32137/2016, em 15 de março de 2016

Brasília, 15 de março de 2015.

Carta à Administração Superior da Universidade de Brasília

Nós, professoras e professores da Universidade de Brasília, não podemos nos calar diante do assassinato da estudante de Ciências Biológicas Louise Ribeiro, de apenas 20 anos, por um colega de curso, nas dependências de um dos laboratórios do Instituto de Biologia. Não é a primeira vez que a violência atinge as mulheres da UnB. Ao longo dos anos têm havido denúncias de abusos, assédios, estupros. Também não é a primeira vez que uma estudante é assassinada em nossa Universidade. Ainda na década de 1980, Thaís de Muniz Mendonça foi morta por um ex-namorado.

Mas queremos que a morte de Louise Ribeiro seja lembrada como a última vez em que uma tragédia como essa aconteceu na UnB. Acreditamos que é necessário a Universidade assumir seu papel pedagógico e transformador das relações de gênero em todas as instâncias institucionais. Podemos e devemos problematizar o tema da violência contra a mulher a fim de conscientizar a comunidade universitária e a população em geral, e evitar novos casos de assédios, abusos, estupros e assassinatos. Para isso, encaminhamos as seguintes sugestões:

1. Inserção do tema violência de gênero como prioritário para discussão no CEPE, Consuni e CAD para definição de estratégias e ações institucionais de combate à violência de gênero;
2. Levantamento e sistematização de dados sobre denúncias e casos comprovados de violências ocorridos na Universidade para que se tenha um Mapa da Violência contra a mulher na UnB, em todos os campi;
3. Inserção do tema violência de gênero na campanha de boas vindas aos calouros;
4. Inserção do tema violência de gênero nos editais de financiamento de bolsas ou projetos como PIBIC, Extensão, etc;

5. Centralização do acolhimento de denúncias relativas à violência contra a mulher em um único local de atendimento, com pessoal treinado e equipe suficiente de apoio;
6. Estímulo à inserção da temática nos currículos e/ou nas atividades de todos os cursos da UnB;
7. Realização de audiência pública sobre violência de gênero na UnB, com a participação dos coletivos e grupos de estudos feministas.

ROTEIRO

Roteiro – Diversidade em Debate

Vinheta de abertura

Bloco 1 – 15 minutos - Introdução ao tema

Apresentação dos objetivos do programa, do tema de abertura e dos convidados.

Olá, está no ar o Diversidade em Debate, um programa feito para toda a comunidade universitária! Aqui se reúne especialistas em torno de pautas que são, ao mesmo tempo, assuntos de interesse público e causas ligadas às minorias. Hoje, o primeiro programa da série, vai discutir a violência contra a mulher e seus mais variados aspectos, como as novas denominações para crimes antigos, dispositivos legais, impunidade, machismo e a violência dentro do campus universitário. Você é nosso convidado para essa conversa!

Para isso, contamos a presença da **Professora Lourdes Bandeira, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem), do Departamento de Sociologia da UnB, a Professora Tania Montoro, mentora da disciplina de Comunicação e Gênero da Faculdade de Comunicação da UnB, e a jornalista Mara Regia, apresentadora do programa Viva Maria, da Empresa Brasil de Comunicação.** Muito obrigado às três por terem aceito o convite para participar desse debate de hoje.

A nossa reunião aqui é muito motivada pelo que aconteceu na UnB no início do ano. A estudante Louise Ribeiro foi assassinada no campus da universidade. Foi mais um caso de violência aqui dentro. Vamos acompanhar a matéria para lembrar o caso:

Nota coberta com “matéria-locomotiva” apresentando o caso da Louise Ribeiro e introdução ao tema violência contra a mulher.

1 - Professora Lourdes, diante desse contexto, eu queria te perguntar: o que é exatamente a violência contra a mulher e qual o tamanho desse problema para o Brasil?

2 – Professora Tania, diversos estudos apontam que o principal agressor é, em geral, um homem do círculo íntimo da vítima, como o marido, namorado ou ex-namorado. Por que são os parceiros os principais perpetradores dessa violência?

3 – Mara, quando e em que contexto surge a violência contra a mulher na nossa sociedade? E mais, qual o papel que o machismo, intrínseco, inconsciente, irracional, arraigado entre nós, vem desempenhando?

4 – Mara, caminhando agora para o final desse primeiro bloco, gostaria de esclarecer uma questão conceitual: existem termos novos para denominar crimes antigos. O que é feminicídio e o que é femicídio?

Pergunta suplementar 1: Mara, eu queria saber, diante de toda a sua experiência dno programa Viva Maria, que surgiu lá na década de 80, você já ouviu e relatou muitos casos de violência? Por que acima de tudo o programa é importante porque funcional como um canal de conscientização das mulheres né?

Muito bem! Vamos então agora para o nosso primeiro intervalo e, em seguida, voltamos com o debate acerca da violência contra a mulher.

Bloco 2 – 20 minutos - Dispositivos legais (Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio)

Estamos de volta com o Diversidade em Debate que hoje discute a violência contra a mulher. Quer dizer, vimos que muitos maridos, pais, irmãos e até filhos cometem essa violência constantemente. A família, que deveria ser a primeira a protegê-la, não oferece nenhuma segurança. Para contornar a situação, o Poder Público precisou ser acionado. Criou-se, em 2006, a Lei Maria da Penha que tem o objetivo de proteger as mulheres, e diminuir a impunidade que em geral recai sobre os agressores.

Perguntas:

1 – Professora Tania, quais são as inovações advindas com a Lei Maria da Penha?

Um estudo do INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA aponta que não houve uma redução significativa da taxa de mortalidade depois da implementação da Lei, em 2006. Em 2005, a taxa de mortalidade era de 5,18 por 100 mil mulheres, em 2006, de 5,02 e em 2007, de 4,74. Só que em 2008, a taxa volta a subir para o patamar de 5,07 e segue subindo até 2010, quando apresenta uma leve queda.

Então eu gostaria de ouvir de você, Professora Tania, por que ela não parece ter tido impacto no número de óbitos entre mulheres? Qual a eficácia da Lei?

3 – Mara, quais os avanços promovidos pela Lei do Feminicídio de 2015 e em que ela difere da LMP?

4 – Professora Lourdes, caminhando para o final desse segundo bloco, que discutiu os principais dispositivos legais, eu queria ouvir a sua opinião: costuma-se dizer que crimes como esse, que acabou com a vida de um estudante, são crimes passionais, ou seja, cometidos “por amor”. Hoje em dia esse tipo de tipificação não é mais aceita pelo nosso arcabouço legal, certo?

Perfeito, vamos agora para o nosso segundo intervalo e já voltamos com o Diversidade em Debate!

Pergunta suplementar 1: A violência, quando não mata, gera sofrimento e precisa ser denunciada. As denúncias podem ser feitas na Delegacia da Mulher. Por que é preciso uma delegacia voltada para as mulheres?

Pergunta suplementar 2: O que muda com a anexação do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos ao Ministério da Justiça, agora no governo TEMER?

Bloco 3 – 20 minutos – Os casos históricos na UnB e possíveis soluções

Nós estamos de volta com Diversidade em Debate que hoje conversa com 3 mulheres especialistas no tema violência contra as mulheres.

Perguntas:

1 – Professora Tania, a estudante Louise Ribeiro era aluna da UnB e foi vítima do feminicídio dentro do Campus universitário. Não foi o primeiro caso dentro da nossa universidade. O que a instituição tem feito para enfrentar e combater esses casos?

2 – Eu gostaria de ouvir de vocês um comentário sobre como aumentar a segurança dentro do Campus e fazer com que as alunas e professoras possam se sentir mais protegidas? Além disso, que punições a universidade pode impor aos agressores, enquanto alunos da UnB?

3 – Professora Lourdes, o que muda com a assinatura da UnB nos programas de enfrentamento à violência contra a mulher promovidos pela ONU MULHERES, como o Eles por elas e o Valente Não é violento?

São diversos os órgãos públicos que atendem às mulheres. Por exemplo, existe a Casa da Mulher Brasileira (CMB), os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM), a Casa Abrigo e os Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD).

Mulheres, em caso de emergência, quebrem o silêncio! Não se cale, denuncie! Disque 180 para entrar em contato com a Central de Atendimento à Mulher e obter mais informações em nível nacional.

Também o telefones 3107 3426 fixo, da Diretoria de Diversidade da UnB e o whatsapp de segurança 9263 5760, fornecido pela Diretoria. Também o e-mail unbpaz@unb.br são canais abertos de comunicação internamente, aqui na universidade.

Para entrar em contato com o Diversidade em Debate, o nosso endereço eletrônico é diversidadebate@hotmail.com . Te espero no próximo programa!

Despedida e agradecimento aos convidados e à audiência.

Vinheta de encerramento

Alguns Números:

42% já sentiu medo de sofrer violência no ambiente universitário – IAVON

36% já deixou de fazer alguma atividade na por medo de sofrer violência – IAVON

63% acaba deixando para lá, não puderam reagir quando sofreram a violência. – i avon

Mias de 60% dos homens e mais de 70 % das mulheres querem ver uma postura por aprte da unviersidade.

PAUTA

Diversidade em Debate – Programa Piloto

Data e horário da gravação: 24 de maio de 2016 às 14h

Local: Estúdio - UnBTV (Subsolo ICC norte)

O programa Diversidade em Debate, produto do Trabalho de Conclusão de Curso de aluno graduando da Faculdade de Comunicação, incumbe-se da função de fomentar a discussão e, na medida do possível, aprofundar a argumentação trazendo inclusive algumas possíveis soluções para as problemáticas propostas em cada episódio. O produto é fruto da parceria entre a FAC e a UnBTV, constituindo assim um somatório nos esforços de promover a discussão em torno de temas ligados à Diversidade.

Com duração de 55 minutos, o programa é dividido em 3 blocos. O primeiro deles tem 15 minutos e se propõe a apresentar cada convidado e introduzir o assunto em pauta, no caso, a violência contra a mulher. O segundo bloco dura 20 minutos e vai aprofundar a discussão. Aqui será feito um balanço das leis em vigor para proteção das mulheres, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Por fim, o terceiro bloco, que também duração de 20 minutos, vai discutir a questão inserida no microcosmo da UnB, que possivelmente compartilha semelhanças com os quadros de outras universidades.

Pauta:

A Professora Lourdes Bandeira, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem), do Departamento de Sociologia da UnB, a Professora Tania Montoro, mentora da disciplina de Comunicação e Gênero da Faculdade de Comunicação da mesma universidade e a jornalista Mara Regia, apresentadora do programa Viva Maria, da Empresa Brasil de Comunicação, serão recebidas pelo mediador Caio Albuquerque, aluno também da Faculdade de Comunicação, que, juntos, comporão a mesa-redonda do piloto do Diversidade em Debate. O informativo apresentará precisamente os contornos da violência contra a mulher não só nas universidades, mas também os seus principais aspectos em toda a sociedade brasileira.

O Mapa da Violência de 2015, edição especializada na Violência Contra Mulher, mostra que nos últimos 30 anos morreu um total de 106.093 mulheres vítimas da violência. Diversas correntes apoiam a ideia de que o feminicídio é a expressão máxima de tal brutalidade, que tem suas raízes no sexismo, no machismo e na misoginia.

Apesar dos Dispositivos Legais em vigor, dos esforços do Poder Público no sentido de acolher mulheres vítimas da violência, e das ações de prevenção e combate, ainda há muito a ser feito.

Nas Universidades, paralelamente, a violência que tem nas mulheres um alvo continua invadindo os corredores, os banheiros, as escadas e as salas de aula, ainda que sorrateiramente. A Universidade de Brasília protagonizou, no início de 2016, o assassinato da aluna Louise Ribeiro. Mais uma vida ceifada, mais sofrimento. O fato enfraqueceu o sentimento de segurança, em especial, de alunas, colaboradoras e professoras dos quatro *campi* da UnB, mais uma vez ameaçando o bem-estar na instituição.

O Diversidade em Debate propõe a discussão desse assunto e de seus múltiplos aspectos mesmo ciente de que a reflexão e o enfrentamento não se esgotam ao final do programa.

Orientação: Professora Ellis Regina.

ARTE



DIVERSIDADE EM DEBATE

FICHA TÉCNICA

| | |
|-------------|--|
| Nome: | Diversidade em Debate |
| Duração: | 60 minutos |
| Frequência: | Semanal |
| Sinopse: | O programa tem o objetivo de trazer para a comunidade acadêmica e para a sociedade, por meio da televisão universitária, o debate junto a pesquisadores e especialistas acerca de temas de interesse público ligados à diversidade. O intuito desse produto é fomentar a Comunicação Pública Universitária de modo a promover um debate que seja capaz de contribuir não só para a formação cidadã dos estudantes, mas também para a reflexão e a proposição de ações de enfrentamento à violência e ao preconceito. |

Equipe

Mediação

Caio Albuquerque

Produção

Ana Hoeper
Caio Albuquerque
Celina Paiva
Eloisa Rodrigues
Maurício Neves
João Paulo Biage

Trilha Musical

Caio Albuquerque

Direção

Isis Aisha

Fotografia

Pry Castro

Maquiagem

Gabriela Ramos Fraga

Assistência de Direção

Lis Cappi

Criação e Arte

Jonas França
Rodrigo Brandão

Equipe de Estúdio

Câmeras
Thayse Gomes
Isis Aisha
Apoio à Produção e Auxílio Operacional
Ana Hoeper
Lis Cappi

Roteiro

Caio Albuquerque

Edição, vinheta e finalização

Igor Gutemberg

Realização

UnBTV

Apoio

Faculdade de Comunicação